



MUNICÍPIO DE AVEIRO Assembleia Municipal

ACTA N.º 25

Sessão Ordinária Abril

2.ª Reunião de 21/04/2015

Aos vinte e um dias do mês de Abril do ano dois mil e quinze, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pela Primeira Secretária Maria José Teixeira de Moraes Afonso França, na qualidade de Presidente da Mesa, secretariada pela Presidente de Junta Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, na qualidade de Segundo Secretário, e a vogal Daniela Marisa Pereira de Magalhães, na qualidade de Segundo Secretário, e com a presença dos Vogais, Henrique Manuel Moraes Diz, Maria Cristina Macedo da Costa Veiga, Rui Alexandre Santos Gonçalves Rei, Manuel José Prior Pedreira das Neves, Simão Pedro da Fonseca Tavares Quina, Susana Cristina Chaves Baptista Esteves, David Paiva Martins, Casimiro Simões Calafate, Victor Manuel Marques de Oliveira, Fernando Tavares Marques, Gonçalo Nuno Caetano Alves, Maria Arminda Rodrigues de Sousa Correia, Paulo Alexandre Florentino Marques, Ernesto Carlos Rodrigues Barros, Anabela de Almeida Saraiva, Nuno Manuel Marques Pereira, Ana Maria Pinho Seça Neves Ferreira, Carlos Francisco da Cunha Picado, Eduardo Anselmo Moreira Fernandes de Castro, Paulo Jorge Coimbra Fontes, João Alberto Simões Barbosa, António Ildebrando Nunes Costeira, João Carlos Rodrigues Morgado, Jorge Manuel do Nascimento, Júlio Vasconcelos Oliveira, João Pedro Rodrigues dos Santos Dias, e Filipe Seça Neves Barbado Guerra.⁰⁰¹

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

Nesta reunião faltaram António Pranto Nogueira Leite, Jorge Carvalho Arroiteia, Firmino Marques Ferreira, Antero Marques dos Santos, Jaime Manuel Pereira dos Reis Vinagre, Aida Isabel Pereira Tavares, e Maria da Luz Nolasco Cardoso.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara José Agostinho Ribau Esteves o Vice-Presidente Jorge Manuel de Almeida Campino, e os Vereadores, Carla Raquel Castro da Rocha Madureira, Jorge Manuel Mengo Ratola, Luís Miguel Capão Filipe e Paula Cristina Dias Urbano Antunes.

Não estiveram presentes os Vereadores: João Francisco Carvalho de Sousa e Élio Manuel Delgado da Maia.

A Presidente da Mesa em exercício informou o Plenário da renúncia ao mandato apresentada pelos cidadãos da lista de candidatos pelo Bloco de Esquerda às eleições autárquicas 2013, posicionados em primeiro, segundo e terceiro lugar, Ivar Jorge Alves Corceiro, Maria Odete Gomes da Costa e João Carlos Bandeira Catarino. Não se verificaram intervenções.

De seguida, nos termos artigo 76.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, deu posse ao sucedâneo na lista de candidatura do Bloco de Esquerda, **João Pedro Rodrigues dos Santos Dias**.⁰⁰²

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião dos vogais, Victor Manuel da Silva Martins, Mónica Filipa Cristóvão Gomes, Ricardo Jorge Trindade Sabino, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Maria Cristina Regales de Jesus Pires, Carlos Manuel da Silva Santos, pelos sucedâneos na lista de candidatura, respetivamente, Maria Cristina Macedo da Costa Veiga, Rui Alexandre Santos Gonçalves Rei, Ernesto Carlos Rodrigues Barros, Anabela de Almeida Saraiva, Paulo Jorge Coimbra Fontes, e Aida Isabel Pereira Tavares.

Também, e nos termos da legislação em vigor, a Presidente da Mesa em exercício, informou que o Presidente de Junta de Freguesia, Henrique da Rocha Vieira, se fez substituir nesta reunião por Júlio Vasconcelos de Oliveira.⁰⁰³

Os sucedâneos na lista de candidatura, Olinto Henrique da Cruz Ravara, João Carlos Martins Valente, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Ana Manuel Torres Pereira, Alexandre Jorge Ribeiro Caleiro, Maria Leonor Nunes dos Reis, João Condinho Vargas, António Manuel Cruzeiro Natal Garcia, e António dos Santos Costa, pediram escusa.

Foram efetuados os reconhecimentos de poderes.

Continuando, a Presidente da Mesa em Exercício deu continuidade à Ordem-do-Dia para a sessão ordinária de Abril.

(As intervenções, nos termos regimentais, tem como suporte gravação áudio.)

PONTO 2 - Apreciação e votação da Dissolução da TEMA e do Plano de Internalização da sua atividade no Município de Aveiro.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária pública realizada em 31/03/2015, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

De seguida o Presidente da Mesa em exercício⁰⁰⁴ deu a palavra ao Presidente da Câmara para fazer a introdução do documento em apreciação.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁰⁵

“Boa noite, Sr. Presidente, caros colegas. Vou usar esta introdução para introduzir os três pontos; ponto dois, três e quatro, dado que há um conjunto de matérias que são absolutamente comuns nestes processos de dissolução e internalização destas nossas três empresas, TEMA, EMA e MoveAveiro. Portanto, não voltarei a fazer introdução mas, obviamente, que participarei no debate de cada um dos pontos.

Aquilo que estamos a cumprir é um preceito legal que já devia estar cumprido há algum tempo e que decidimos executá-lo no âmbito das operações do Programa de Ajustamento Municipal. Faz todo o sentido que estando nós num processo de profunda reforma fizéssemos esta operação, mas há utilidades especiais, nomeadamente a utilidade de podermos internalizar o passivo das empresas e tê-lo financiado para podermos pagar às entidades com as quais temos dívidas, por via da assistência

financeira do PAM. Essa é uma componente desta operação de relacionar o Programa de Ajustamento Municipal com o processo de dissolução e de internalização das empresas, absolutamente fundamental porque independentemente de termos que acabar com as empresas tínhamos sempre que honrar os compromissos de natureza financeira que todas elas têm com outras entidades. Este processo tem este enquadramento legal, este enquadramento político, esta nossa opção de desenvolver nesta ambiência em que estamos do Programa de Ajustamento Municipal de forma a darmos seguimento a todas as várias componentes desta operação. Esta é a nota instrumental.

Uma outra, importante, é que todos os serviços que estas nossas empresas prestam nós queremos continuar a cuidar e, obviamente, criar condições para podermos elevar os patamares de qualidade. Aquilo que fazemos no Teatro Aveirense pela gestão da TEMA, no estádio Municipal pela gestão da EMA, e nas operações de transportes pela gestão da MoveAveiro, nós queremos continuar a fazer, apenas procurando que o novo modelo de enquadramento dos serviços públicos destas entidades possa proporcionar a elevação da qualidade dos serviços prestados. Na TEMA a questão é particularmente simples, nunca esquecendo, tratámos disso no ponto anterior, que há lá uma outra empresa dona do edifício e com uma dívida calcinada, embora num processo já em fase de recta final. Deixar ao cuidado da nossa Divisão de Cultura, Turismo e Cidadania a gestão do teatro. Aliás, a própria estrutura orgânica já assim foi preparada, aquela que está em vigor desde o mês de maio do ano passado. Na EMA a questão é idêntica a essa e colocaremos a nossa equipa da Divisão de Educação e Desporto a trabalhar na gestão do Estádio, olhando sempre para uma outra componente que é a componente da relação com os nossos parceiros principais, o nosso cliente principal que é a Beira Mar SAD, o nosso sócio maioritário da PDA que é a Visabeira, e algum investidor que possa assentar opção de investimento na Beira Mar SAD e eventualmente agregado à Visabeira no que respeita à PDA, para olharmos para outros mecanismos de gestão futura, seguramente num regime que nunca será a alienação, o mundo não está para aí virado, mas que poderá ser num regime de concessão de gestão ou de gestão de componentes do Estádio Municipal. Qualquer uma destas situações exigirá sempre a clara titularidade da gestão e, aí, o processo também é claro para que essa titularidade seja assumida pela Câmara Municipal. Na MoveAveiro as questões são diversas, temos uma empresa maior, mais complexa, basicamente gestora de quatro operações: a operação de transporte rodoviário, a operação de transporte marítimo, a operação da BUGA e a operação do estacionamento parconizado, além do nosso parque de estacionamento Manuel Firmino. A perspectiva que temos e que assumimos com clareza é uma perspectiva de concessionar a operação rodoviária e a marítima, e internalizar para gestão direta a componente da BUGA e da gestão do estacionamento, numa lógica de melhorarmos a relação financeira da despesa e da receita, na MoveAveiro, que é particularmente desequilibrada, particularmente grave, falaremos sobre isso à frente, numa operação onde é necessário, além do equilíbrio dessa conta tão desequilibrada, termos um novo modelo que garanta a capacidade de investimento, nomeadamente na nossa frota e no nosso edifício que queremos que passe a ser de Centro Coordenador de Transportes, porque o não temos em termos operacionais e com os anos que lhe passaram já tem uma necessidade muito relevante de investimento de qualificação. Estas são as operações no que respeita às coisas. No que respeita às pessoas, os funcionários que temos, há uma operação que está em curso debaixo de uma matriz. A matriz é uma matriz de termos o destino claro para os dois grupos de funcionários que temos nas empresas. Um grupo que só existe na MoveAveiro, que são os funcionários da Câmara que estão cedidos à empresa e que regressam com normalidade de vínculo à Câmara. Obviamente que alguns desses poderão ter, no

futuro, a possibilidade de trabalharem para o nosso concessionário que venha a ganhar o concurso, ou alguns desses, para as pessoas que não queiram ir para o concessionário e as suas funções não sejam necessárias, terão o caminho da formação para exercerem outras funções, aqueles que também tiverem disponibilidade para tal, porque essa matéria não se impõe a ninguém, esperando que não precisemos de usar o caminho final que é o de algum funcionário que não queira ir para a concessão, não queira fazer outra coisa e que a sua função não exista, e aí resta o caminho da mobilidade, arredondando as expressões. Em relação aos funcionários das empresas a opção que tomámos é uma opção de propor a todos o contrato de cedência à Câmara, portanto, todos eles serão cedidos à Câmara, num acordo que tem que ter três partes – Câmara, empresa e cada um deles individualmente, e essa cedência será por um ano, por um período máximo de um ano; a opção que tomámos, que é uma opção da Câmara, é que o patamar salarial vai ser, neste período, o mais próximo possível daquele que têm em cada uma das empresas e dentro desse ano, embora numa perspectiva de ser o mais cedo possível, serão lançados os procedimentos concursais para que os funcionários, seguramente a grande parte, a maior parte, desses funcionários, possam concorrer com uma situação de tratamento como se tivessem vínculo à função pública porque, como o sabemos, não têm mas a lei atribui essa possibilidade; em procedimento concursal, obviamente, ganharão os melhores e têm, por essa via, a possibilidade de integrar os quadros da Câmara. Aí já não há nada a inventar no que respeita ao seu salário, aí a Câmara já não pode escolher, aí a imposição legal é clara: os funcionários que ganharem esses concursos iniciam a sua carreira, sendo de nível um ou de nível dois, no patamar inicial dessa mesma carreira. Este foi o mecanismo que utilizámos, que o abordámos com todos os nossos sindicatos, o tratámos com todos os nossos funcionários, para gerirmos esta operação o melhor possível, em primeira instância em função da prestação de serviços sem qualquer tipo de período de menor qualidade, portanto garantimos sempre a devida qualidade dos serviços prestados, e, por outro lado, cuidámos, na melhor condição que nos é possível, da situação profissional de cada um dos nossos colaboradores, independentemente do vínculo que eles têm. É esta operação que está em desenvolvimento, é isto que o plano de internalização define, neste caso como proposta à Assembleia Municipal já que cabe à Assembleia Municipal, em última instância, fazer a aprovação da dissolução e da internalização. Foi esta a operação que construímos de uma forma sustentada, envolvendo os nossos parceiros e procurando que o período de transição corra sem sobressaltos e o próximo período, o próximo enquadramento formal, da gestão destes serviços públicos corra com patamares de qualidade superiores àqueles que temos hoje.

Esta é a nota global de introdução a estes três pontos da ordem de trabalhos. Estarei, obviamente, ao dispor para participar no debate de cada um deles, começando por aquele em que estamos que é o ponto dois, da TEMA. Muito obrigado.”

Vogal Marques Pereira (PS)⁰⁰⁶

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁰⁷

“Ex.mos Senhor Presidente, Exmos. Senhores deputados. Nota introdutória em relação à extinção e internalização quer em relação à TEMA quer às outras empresas municipais, não me vou perder do ponto de vista político as questões culturais da Câmara, ou tão pouco minudências legais. Portanto em relação à Tema eu gostaria só de colocar duas questões. Uma declaração e uma questão.

Na declaração, nós no PCP não temos nenhum motivo de fundo contra empresas municipais, da sua existência, da sua criação, da sua extinção.

As empresas municipais são perfeitamente legítimas. Podem ser e foram em determinada altura um instrumento útil — e mesmo para o futuro poderão continuar a ser úteis.

Compreendendo, no entanto, que elas têm um quadro legal que elas se devem reger e agora há uma lei que foi a 50/2012 que obriga a sua extinção num conjunto de pressupostos.

Portanto, isto para perceber que o PCP não é contra as empresas municipais, mas também não é completamente a favor. Utiliza quando são necessárias. Em relação à TEMA gostaria de fazer uma pergunta ao Senhor Presidente de Câmara que se prende com a situação dos seus trabalhadores. Portanto eles serão internalizados, salvo seja, como a empresa, se bem que pelo que percebi e que está escrito nos documentos, terão uma situação remuneratória diversa daquela que tinham no presente. Por exemplo há empresas municipais como o caso da MoveAveiro em que existe um acordo de empresa. No caso da TEMA e da EMA creio que isso não será real. Estou a perguntar com toda a honestidade. Portanto gostaria só que o Senhor Presidente da Câmara esclarecesse qual irá passar a ser no futuro a situação dos trabalhadores do ponto de vista remuneratório, bem como será a natureza do seu vínculo em relação portanto às suas naturezas de vínculo de serviço público onde trabalharão.”

Vogal João Pedro Dias (BE)⁰⁰⁸

Vogal Jorge Nascimento (JPA) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁰⁹

“Muito obrigado. Eu devo dizer que quando aconteceu esta génese destas empresas municipais sempre tive uma certa reticência quanto ao objetivo das mesmas. Sem ser aprioristicamente contra, sempre vi nas empresas municipais uma forma de desorçamentar. Ou seja gastar sem controlo. E portanto, por essa razão fundamental, sempre fui crítico em relação a isso. E nessa altura, estava nesta Assembleia, e manifestei essa opinião. E creio que essa opinião era a do grupo em que na altura eu me integrava. Mas o que é preciso é que as empresas funcionem. Que prestem utilidades à população e nessa medida havia que estabelecer a dúvida metódica e depois veio a verificar-se que essa situação se verificou.

Agora as empresas existem, são uma realidade. Mas também é uma realidade a Lei 50/2012, que impõem condições que as empresas subsistam e dá indicações à forma como elas se devem guiar àquelas que em função da sua situação económica e financeira, não devam subsistir pelo menos nos moldes em que atualmente estão.

Agora neste caso da TEMA eu gostaria que esta proposta viesse acompanhada de algum estudo perspectivo. Porque dizer apenas o que a Lei diz, sim senhor. Mas a Lei diz ou seja que há mais que uma forma de modificar as coisas. E devo desde já anunciar, porque não fiz estudo nenhum, nem me competia estar aqui a propor que se faça desta maneira ou daquela, não estou contra a que a empresa siga este rumo. Mas fico de certa maneira triste ou fico desconfortado, pensava que a Câmara teria feito um estudo e se pensou em alternativas. Por exemplo ceder o capital a uma entidade que explorasse aquilo que não cria-se encargos para a Câmara e isso seria ótimo. Porque afinal não interessa que o Teatro seja da Câmara ou seja de outrem, o que interessa são as utilidades que presta, privado ou público. E portanto, essa alternativa gostaríamos que a Câmara a tivesse pensado. Gostaríamos que a Câmara não tivesse embarcado no boato que foi lançado com esta lei e que tivesse realmente feito um estudo que nos tivesse dado a perceber se era melhor esta situação se era melhor outra.

Simplesmente a Câmara não fez esse estudo. E gostaria que o Senhor Presidente da Câmara pudesse dar essa explicação, pois é esse o aspecto fundamental.

Agora o que vai acontecer aos trabalhadores? Naturalmente a Câmara terá em consideração que os trabalhadores devem ser compensados nos seus direitos o mais possível, porque há que respeitar a força do trabalho, parece-me que isso não deixa de estar acautelado. Mas é como digo, para mim fica este vazio de falta de estudo. Gostaria que a proposta viesse mais fundamentada, e nos desse outras luzes da forma de equacionar o problema e não só apenas esta. Muito o brigado Senhor Presidente.”

Vogal João Barbosa (PS)⁰¹⁰

Vogal Carlos Barros (CDS)⁰¹¹

Vogal Marques Pereira (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰¹²

“Senhor Presidente, Senhores deputados. Em primeiro lugar uma saudação à Mesa porque está no incumprimento da lei das cotas, mas ainda assim saudamos efusivamente a composição feminina unanime da Mesa.

Em segundo lugar deixar uma palavra genérica acerca das questões das Assembleia Municipais. E a palavra genérica é esta. Se houve coisa bem-feita a propósito do documento verde da reforma da administração local, foi o livro banco sobre o sector empresarial local.

Esse documento é um documento absolutamente essencial para se poder compreender este fenómeno das empresas municipais, até porque existia um défice de informação global muito forte que não nos permitia ter um panorama geral do problema e da dimensão do problema. As empresas municipais em dado momentos foram muito importantes para fugir ao espartilho legal que impedia sobre as câmaras municipais de poderem realizar alguma obra e alguns projetos, mas a dado passo, até pelas circunstâncias do país, se mostraram excessivas e há de facto défice em algumas empresas municipais, não em todas, que são de facto excessivos. Este é o primeiro ponto.

O segundo ponto é dizer que o PS tem a consciência da exigência legal, da dissolução não só da TEMA como das outras empresas. Há quase uma imposição automática destas empresas municipais, pela circunstância de que elas preenchem os requisitos da dissolução exposto na lei. E quanto a isso nada há a fazer. As questões mais circunstanciais prendem-se com o seguinte em relação à questão da TEMA.

O PS quanto ao cumprimento e à discussão que aqui tivemos em relação à nova orgânica dos serviços das empresas municipais, teceu algumas considerações em relação a esta matéria que gostaria de aqui recordar telegraficamente.

Em relação ao Teatro Aveirense, nós entendíamos e continuamos a entender, que integrar o Teatro aveirense numa Divisão de Cultura Turismo e Cidadania, é uma má opção política. Nós achamos que a principal estrutura cultural do município de Aveiro, merecia ser autonomizada na sua gestão e potenciar a gestão do Teatro no âmbito intermunicipal, e apostar-se no âmbito da CIRA na gestão das programações de alguns teatros que nós temos aqui vem perto. Nomeadamente o de Ílhavo e de Albergaria-a-Velha. Acho que aumentarmos o público-alvo em muitos milhares de pessoas beneficiaria a região, melhoraria os programas, e seguramente do ponto de vista financeiro seria mais virtuoso. E portanto, nós consideramos que a internalização do Teatro Aveirense tal qual nos foi apresentada neste documento não merece o nosso acordo.

Por outro lado, permita-me senhor Presidente e caros deputados (e provavelmente o PS terá de pensar nisso) a questão cultural mereceria um debate apenas focado nessas

matérias. E portanto a questão relativa ao Teatro nesta questão política não merece o nosso acordo e nosso voto à época foi nesse sentido e o argumentário do nosso ponto de vista ainda se mantém perfeitamente atual.

No que respeita à questão da preocupação dos trabalhadores ela é transversal à dissolução das outras duas empresas. E eu aqui tomo a opção do Senhor Presidente para chamar atenção não só nesta sede como nas outras duas e atalho caminho.

É o seguinte. Há muito ruído no ar sobre as opções em relação aos trabalhadores. Há opções que seguramente serão de índole e escolha política, mas há opções que a lei já dá solução. E dá solução inequívoca. O quadro legal cria regras inequívocas para muitas das questões que são levantadas nesta sede quer para a TEMA, quer para a EMA, mas sobretudo para a MoveAveiro.

A sugestão que deixava era esta. Nas questões que são levantadas e cuja resposta está escrita e explicada inequivocamente na lei, eu acho que os serviços jurídicos da Câmara deveriam fornecer uma informação escrita sobre essas respostas para que não haja ruído. Porque o PS e obviamente outras forças políticas são interessadas e são obviamente contactadas pelos sindicatos e as perguntas que surgem amiúde têm resposta na lei. As informações que V. Exa aqui deu hoje, muitas delas alicerçadas nos diplomas que informam estas matérias, deveriam estar escritas e serem públicas para que não haja ruído sobre essas matérias. Onde deve haver discussão política é onde há opção política, não quando a lei dá resposta inequívoca às perguntas. Portanto esta era uma sugestão que deixava.

Por último saber, e esta foi também uma questão que já tive ocasião de levantar quando debatemos aqui o Teatro Aveirense na reorganização dos serviços, é que não existe um gestor cultural para o Teatro Aveirense.

No mandato anterior essa gestão foi desastrosa. No início deste mandato beneficiou-se ainda de um programador que estava a meias com a gestão da Aveiro Expo. Que era uma coisa completamente incompreensível, como é que se organizavam feiras e concertos e se geria culturalmente uma infraestruturas com as características do Teatro Aveirense.

Mas o que importa agora saber é a forma como o Teatro Aveirense se vai agora programar. E com isto queria deixar um sublinhado muito forte. Não se menospreza a capacidade dos funcionários da Divisão de Cultura na sua performance e nas suas competências. Mas todos reconhecemos, estou seguro, que a gestão de um Teatro Municipal traz particularidades às quais uma Divisão de Cultura e ainda mais que acarreta o Turismo e as questões de Cidadania (que não queremos ver menosprezadas) não tem a capacidade para poder gerir.

E portanto esta é a pergunta que queria deixar nesta sede. Muito obrigado.”

Vogal Paulo Marques (CDS)⁰¹³

Vogal João Pedro Dias (BE)⁰¹⁴

Vogal Paulo Marques (CDS)⁰¹⁵

Vogal Caetano Alves (CDS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰¹⁶

“Senhora Presidente é um prazer ser dirigido nestes trabalhos por V. Exa. que passo a cumprimentar com a devida vénia. Passava então a comentar esta questão do fim das empresas municipais em Aveiro. Que eu confesso quer tinha de vir a esta Assembleia e fazer parte dos que estão a empurrar para acabar de uma vez por todas com esta saga. Esta é uma história interessante, começa no início deste século no nosso município que recorremos a esta forma de gestão de serviços que se inventou em Portugal. Eu

confesso que mantenho a minha posição a favor das empresas municipais, mas na perspectiva de que elas sejam geridas como empresas.

E de facto a história aqui prova-nos que desde 2006, que com a melhor gestão das pessoas que estavam à frente destas empresas, nós temos resultados negativos incalculáveis, quase todos, embora eu, enfim, onde eu estive em 2009 que deu lucro. Mas julgo que (e pelos balanços que nos foram dados) nos últimos três anos as coisas de facto degradaram-se sem se perceber muito bem porque é que não se tomou uma atitude corajosa como esta.

Eu sei que as situações para nós estarmos nesta situação desde 2012 são a maior parte delas de âmbito financeiro. Eu recordo que desde 2009 que nós estamos a fazer estudos de concentração, de reorganização, de reformulação das empresas. Mas nós em Portugal temos este grande problema que é decidir. Nós em Portugal só decidimos ou com castigo ou com uma lei. E felizmente caiu uma lei. E portanto desde 2012 nós estamos para conseguir tomar esta atitude.

Eu, como hoje já aqui foi referida a gestão privada e a gestão pública, devo dizer-vos que se fosse gestão privada já estava resolvido há muito tempo.

Porque não há nenhum privado que aguento perder tanto dinheiro, tantos anos seguidos, delapidar o capital da empresa, por em causa os ativos das empresas, e manter-se como se nada fosse.

E portanto eu diria que, finalmente tomámos esta atitude e eu quero apresentar os meus parabéns ao executivo que tem a capacidade e tem a coragem de definitivamente assumir isto.

Eu sei que é um risco político. Eu sei que vamos ter dificuldades na prestação de serviços municipais, porque obviamente sempre que há alterações de gestão de uma empresa haverá serviços que podem não correr da melhor forma, mas o que interessa é o final do processo e as vantagens que nós começámos adivinhar pelos documentos apresentados até agora.

E quanto ao futuro, devo dizer-vos que o futuro está clara.

O futuro da Cultura, dos Transportes, do Desporto, da Promoção Empresarial, das Feiras, está na Região de Aveiro! É só aí que nós temos massa crítica para ter capacidade para poder criar serviços com o volume de população e dimensão que temos para termos um mínimo de condições. E portanto isso está claro. Portanto temos é que andar mais rápido e não estar à espera de uma lei. Muito Obrigado.”

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[017](#)

“Senhor Presidente, para lhe mostrar a minha satisfação pela decisão tomada. E essa minha satisfação resulta de duas componentes. A primeira é a de que finalmente se cumpre a lei. Parece que é difícil. A segunda é de que eu partilho da opinião manifestada pelo senhor deputado Marques Pereira que muitas das empresas municipais foram criadas para fugir ao espartilho do Tribunal de Contas, porque os governos não tiveram coragem de mudar a lei que permitisse realizar despesa de outra forma. Portanto, nós em vez de enfrentarmos os problemas encontramos uma solução ad later para resolver, que claramente não corresponde ao espírito da lei. Não digo que é ilegal, mas não corresponde ao espírito da lei. De maneira que eu estou muito satisfeito por verificar que nós realmente entrámos no caminho que devíamos entrar.

Relativamente à questão dos trabalhadores certamente o senhor Presidente da Câmara que é um cumpridor exímio daquilo que a lei determina a irá cumprir. E se há ruído à volta de tudo isto, sabe bem que não é a Câmara que o cria nem é o PSD e o CDS que o criam. Alguém o cria e não somos nós garantidamente.

Finalmente e relativamente ao tema deste ponto em concreto, e ao Teatro Aveirense, e à Cultura, eu estou convencido e penso que todos os meus colegas de bancada me acompanhariam, disponíveis, para debater todos os temas que dizem respeito aos municípios em sessões especialmente convocadas para o efeito. O que temos é que ver quais são os temas que mais preocupam os municípios — a generalidade dos municípios. Aqueles que efetivamente afetam mais a sua vida e concentramo-nos sobre esses, sem descuidar outros aspetos, que não sendo determinantes na vida das pessoas, contribuem para que elas tenham vida melhor.

Portanto estarei sempre disponível para discutir com propostas vindas de onde vierem, sobre os temas sobre os quais nós devemos aqui fazer debate que de facto ajudem a resolver o problema das pessoas que nos colocaram aqui.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰¹⁸

“Indo às questões. O Filipe Guerra colocou a questão das remunerações. Vou repetir. A solução que temos, misturando a questão do vínculo porque elas estão absolutamente ligadas, no processo de internalização nós temos um conjunto de tarefas para decidir. Muitas dessas tarefas têm a ver com o modelo de gestão que queremos para as operações e, nesse quadro, que quantidade e tipologia, em termos de competências dos funcionários, é que precisamos, e o procedimento concursal que cria vínculo à função pública, neste caso vínculo à Câmara Municipal. Esses concursos que referenciei servem para criar vínculos para as pessoas integrarem, como usamos na expressão antiga, o quadro de pessoal ou o mapa de pessoal. Portanto, inicia uma carreira normal e que a lei determina que seja na base da respetiva carreira de nível um ou nível dois. Esta é a opção base. Nós podemos tomar decisões de, numa ou outra questão, entendermos que, sei lá, não temos um funcionário para fazer determinado tipo de função com uma especialidade mais vincada, mais difícil de ir buscar ao mercado, por exemplo, e entendemos que em vez de irmos contratar um funcionário para fazer a função “x”, não abrimos concurso porque entendemos que essa não é a melhor via, mas podemos lançar um procedimento de prestação de serviços a um indivíduo ou a uma empresa. Esses são os caminhos que nós temos, sendo que a base, que terá a ver, seguramente, com a maior parte das situações que temos para gerir nestas nossas três empresas, falaremos aqui, qualquer dia, de uma outra em que a lógica é diferente e que é a AveiroExpo, é esta: o que é que diz a lei e qual é a nossa opção política no que diz respeito aos ordenados? A lei diz que quem vai iniciar a carreira, portanto quando entra para o quadro, não há conversa; entra para o início da carreira, o ordenado é o que está nas tabelas. Como sabem, em Portugal, ao contrário de muitos outros países da Europa e em outros lados do planeta, é o Estado que manda nos ordenados das câmaras. Aliás, eu digo e repito muitas vezes que discordo profundamente dos trabalhadores da administração local serem muito pior pagos que os funcionários da administração central. Mas é assim em Portugal. Onde é que nós podemos fazer algo de diferente? A lei dá às Câmaras a possibilidade de, no tal período de um ano do contrato de cedência, os funcionários poderem auferir um ordenado o mais próximo possível do seu ordenado. E porque é que é o mais próximo possível? Precisamente porque eles vindo cedidos para a Câmara têm que ganhar na tabela da Câmara, e a tabela da Câmara não é igual à tabela que temos na empresa. Um funcionário que ganhe mil e se na categoria mais próxima a tabela diz que é novecentos e setenta e dois, e se a seguinte é mil e dez, nós temos a possibilidade de ele ganhar os novecentos e setenta e dois e não os oitocentos se for isso que a lei determina para o início da carreira. É este o arranjo legal e foi esta a nossa opção política de

gerir os ordenados neste período, chamemos-lhe, de transição do tal ano em que eles estão cedidos.

Esta resposta ajuda-me a responder ao João Pedro Dias com uma nota clara. Concursos públicos, enquanto cá estivermos, ganham os melhores candidatos. Eu sei que era muito simpático eu dizer “nos concursos públicos está garantido que ganham os nossos funcionários”; era muito simpático da minha parte dizer uma coisa dessas. Não digo porque assim não é e assim não pode ser. Os concursos serão ganhos pelos melhores candidatos. Obviamente que podemos partilhar desejos. Nós que entendemos que, globalmente, temos bons funcionários nestas entidades, temos sempre um gosto que possam ser os nossos funcionários a ganhar os concursos, mas têm que os ganhar; têm mesmo que os ganhar com critérios absolutamente objetivos em que serão os melhores a ganhar os concursos, e aqui não há volta da dar. A vantagem que o legislador lhes deu, e isso foi muito discutido na construção da lei, é que eles vão aos concursos equiparados aos funcionários públicos. Nestes concursos só pode vir gente vinculada à administração pública ou estes funcionários, que para a função específica, tenham um vínculo à empresa que está a ser internalizada.

Eu peço a atenção de todos, podendo fornecer toda essa informação, mas acho que não é correto, em praça pública, eu estar aqui a dizer que o funcionário “A” ganha mil e duzentos e vai passar a ganhar mil cento e cinquenta; acho que isso era um exercício altamente incorreto para a gestão de cada um deles como indivíduo e para a gestão da nossa organização. Mas o acesso a essa informação, que existe, está nos serviços, que tem mapas de todo o género e feitio, a quem muito bem a quiser ter; não há qualquer segredo, apenas entendemos que deve haver recato numa matéria em que está em causa a relação individual da Câmara e da empresa com cada um dos nossos funcionários, questões que são da sua vida. Dar nota que nalgumas empresas temos ordenados muito díspares. E porquê díspares? Muitas vezes não há resposta a essa pergunta. Porque é que funcionários que fazem coisas parecidas têm diferenças de ordenados de quarenta por cento? Ninguém nos sabe responder. Não há quadro de pessoal, não há regalias que determinaram que a antiguidade fosse premiada com não sei o quê. Chamo também a atenção que há questões para as quais não encontramos explicação, mas também, neste caso, não estamos muito preocupados. Estamos é preocupados com o novo modelo de gestão, com a gestão do período de transição e com a fixação das condições para entrarmos na nossa velocidade cruzeiro.

Dr. Jorge Nascimento, dizer-lhe o seguinte. Nós temos muitos estudos, nós herdámos dois grandes estudos, em tamanho, alguns têm lá dezenas e dezenas de cópias, não sei para que é que tiraram tantas cópias, julgo que alguns deles serão do conhecimento da Assembleia órgão e de quem cá exerceu funções. Estudos de todo o género e feitio. Nós próprios fizemos vários estudos e simulámos várias situações. Uma das opções que a Câmara tomou, os nossos antecessores, era a fusão de empresas. E há um estudo feito sobre fusão de empresas, mas considerámos que aquele caminho era completamente errado. Por exemplo, o que estava, na prática, a acontecer entre a AveiroExpo e a TEMA era um processo para tentar experimentar uma fusão, era quase um acto experimentalista. Nós tínhamos funcionários ilegalmente na própria AveiroExpo e que eram trabalhadores na TEMA, com dupla ilegalidade porque estavam mal vinculados à AveiroExpo e ainda por cima prestavam serviços à TEMA. O que é que veio a acontecer no processo de vistos do Tribunal de Contas? Chumbaram todas as fusões de empresas municipais. As câmaras, muitas vezes, procuraram isto: tenho duas empresas, duas ou três porque há processo de fusão de mais do que duas empresas, que tenho que extinguir, mas se eu conseguir fazer uma fusão e demonstrar que a fusão lhes dá futuro eu tenho o meu problema resolvido. Não passou uma, chumbaram todas no Tribunal de

Contas, e parece-me a mim de forma particularmente óbvia. Sr. Dr. independentemente de podermos canalizar mais informação, quer dos estudos que nós elaborámos, quer daqueles que herdámos, tudo isto foi profundamente ponderado. Mas veja uma questão, agora também para referenciar aquilo que o Caetano Alves dizia no fim da sua intervenção. Vamos buscar ou abrir capital a outra entidade. Mas acham que há alguma entidade que queira este negócio? Mas há alguma entidade que queira ser parceira de empresas que têm passivos monumentais, entre outros problemas? Nem as entidades querem, nem nós, gente séria e boa gestora, as colocaríamos perante semelhante processo. Nós temos em linha vários parceiros, por exemplo, para a nova entidade que irá gerir o Parque de Feiras e Exposições, mas logo lhe dissemos à nascença, antes que eles dissessem o que também disseram “arrumem lá a casa e contem connosco a seguir”.

Gonçalo Caetano Alves, obviamente que disse, e disse bem, que algumas destas matérias têm que entrar na escala de gestão da Região de Aveiro. Obviamente. O Estádio, obviamente; devia ter sido à nascença. MoveAveiro, obviamente; não devia ter sido à nascença, era muito difícil, mas podiam ter sido tentadas operações de conjugação de operações. Na TEMA discordo completamente que nós possamos ter aqui uma gestão integrada, mas já estamos a ter gestão articulada. A primeira experiência de programação cultural em rede, não chegou a dois anos ou dois anos e meio, está agora a ser encerrada, foi uma excelente experiência e, devo dar-vos nota, que esse trabalho de programação cultural em rede vai continuar, gestão articulada entre as onze casas, porque lá vai o tempo em que só nós tínhamos teatro. Hoje há onze casas que em termos de condições técnicas a maior parte delas têm muito melhores condições técnicas do que nós, e nós ainda temos, relembro, o processo de licenciamento permanente para deixarmos de ter, que é uma vergonha, uma licença provisória para dar espetáculos, e vamos resolver esse problema proximamente. Esta operação, que o Dr. Jorge Nascimento e o Dr. Caetano Alves também falaram, é muito importante mas em primeiro lugar é preciso arrumar a casa porque isto de sócios de más causas não há mesmo, nem no sector público, nem no sector privado. E ainda bem porque é sinal que as pessoas estão despertas. Portanto, o que é que estamos a fazer? Ordem na casa, pôr as coisas com credibilidade, com operações que sejam sustentáveis, e ir aos nossos parceiros. Há coisas boas a acontecerem, em termos legais, na área dos transportes. A nova lei, que há-de ser lei dentro de muito pouco tempo, dá-nos a possibilidade de termos uma área, uma entidade, regional, à escala intermunicipal, que está já assumida entre nós todos que ficará sediada na Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, para gerir a operação de transportes públicos como autoridade regional de transportes. Já temos, além do mais, uma equipa técnica com participação de todos os onze municípios a trabalhar nessa frente. Só deixar ainda mais claro, por causa da intervenção do Ernesto Barros, que muito daquilo que foi a nossa opção por este caminho é para garantir que a prestação de serviços não é, minimamente, posta em causa em momento algum. Nem no momento de pré-internalização, nem em todo o momento de internalização, nem no momento do novo modelo de gestão. Ninguém fecha, nem sequer estamos aqui a falar em fechar, estamos aqui a falar de funcionamento com níveis que, neste momento, nós consideramos entre o razoável e o bom. Obviamente que depois queremos qualificá-los. Não há em nenhuma destas áreas qualquer perturbação na qualidade do serviço prestado.

Indo às questões do Dr. Marques Pereira, dizer o seguinte. Nós estamos num processo de transição, em termos de gestão do Teatro Aveirense. Nós lembramo-nos, obviamente, da posição que o Partido Socialista teve, discordamos, mas é uma posição defensável, como o Sr. Dr. voltou a relembrar e eu bem me lembro das discussões que

aqui tivemos aquando da estrutura orgânica. É uma posição defensável, perfeitamente defensável. Mas o testemunho que nós temos para dar deste ano, arredondando a conta, em que não tivemos diretor, nem programador, e foi a nossa chefe de divisão de Cultura, Turismo e Cidadania e a sua equipa que geriu com a nossa equipa do Teatro Aveiro, é de uma avaliação positiva e agradecemos muito o sobreesforço porque não é exatamente isso que queremos que eles façam, nomeadamente a nossa chefe de divisão. Nós acompanhámos, concretamente o Sr. Vereador Capão Filipe despacha a programação com ela, discute-a quer na componente cultural, quer depois, e aí já me meto eu, também na componente financeira, há uma proximidade muito forte do nosso responsável pela área da cultura, de mim mesmo na questão que diz respeito à componente financeira, para que não falte suporte nenhum. Temos gerido esta fase, em que já estamos de transição, bem. Agora, qual é o futuro? Temos ideias, não temos decisões. Uma casa destas não pode viver com gente vinculada de quadro para a dirigir, não é possível. O mercado não está para aí virado, a elasticidade, a necessidade de elasticidade de gestão, não o permite e, portanto, aquilo que nos vai na cabeça tem a ver com direção com prestação de serviços, individuais ou de empresa, para termos flexibilidade, gestão integral e acabarmos com absurdos. Relembro aquilo que já aqui partilhei. Nós temos uma empresa, que é muito boa em termos de qualidade, não está nada disso em causa, a prestar-nos serviço de gestão administrativa e financeira desta empresa e que nos custa um balúrdio de dinheiro completamente dispensável. Nós queremos isso? Negativo. A nossa equipa de gestão administrativa e financeira chega e sobra para fazer a gestão desta unidade orgânica ou desta subunidade orgânica que é o que é o Teatro Aveirense, e que é o que vai continuar a ser no âmbito da nossa estrutura, obviamente com uma entidade com um regime de prestação de serviços para nos dirigir, de forma integrada, na componente da programação e da gestão integral e integrada, o nosso Teatro que queremos todos que seja uma casa liderante, não é única, nem coisa que se pareça, mas liderante da operação cultural do nosso município e que esteja bem, com uma presença capaz, com qualidade, com a devida qualidade, com um trabalho em rede com os outros municípios que conosco partilham a região de Aveiro. Tomei boa nota da sugestão que me deu, que me parece avisada e que adoto com todo o gosto e interesse, embora isto está claro naquilo que é toda a tramitação que fizemos interna, nomeadamente com o trabalho dos nossos juristas, toda esta operação tem trabalho da nossa equipa de juristas liderada pela nossa chefe de divisão, todo o trabalho está internamente feito por essa equipa, e sentimo-nos bem porque temos gente com qualidade para continuar a fazer conosco este trabalho.

O Paulo Marques disse esta frase que eu também digo. Se não fosse a lei 50 que nos determinasse o fim das empresas municipais elas deviam ser extintas. Claramente... é um compromisso político que assumimos e que cumpriríamos sempre. Manda a lei e muito bem, se não mandasse a lei mandava o bom senso da gestão. Neste caso não vale a pena perdermos muito tempo com os ses e os quês, temos esta herança, temos esta lei, temos esta opção política, siga. Chegou o momento e chegou agora o momento por força do envolvimento do Programa de Ajustamento Municipal, é preciso não esquecer, para darmos destino a tudo, nomeadamente a uma das coisas mais complexas que temos lá dentro e que são os passivos que nós queremos pagar a toda a gente a quem devemos, nas nossas empresas municipais. E por onde é que isso se faz? Por via do processo do PAM que temos em franco desenvolvimento.

Agradeço ao Gonçalo Caetano Alves esta nota histórica e esta importância deste momento, mas foi este o compromisso que nós assumimos: chegar, estudar, refletir, discutir, decidir, implementar... e acabou a conversa. É tudo muito bonito? Não dói

nada? Não. Não é tudo bonito e há algumas dores, mas esta é a lógica das curas de doenças graves e nós estamos a curar um conjunto de doenças graves, procurando sempre, tenham a certeza absoluta, as melhores soluções de entre as muitas hipóteses que os caminhos têm. Obviamente, sempre disponíveis para assumirmos os erros quando os constataremos e corrigi-los, porque só assumir não serve de grande coisa.

Este é, de facto, um momento histórico, de cumprimento político dos compromissos políticos, de respeito à lei, e os ruídos, como o Professor Henrique Diz referenciava, nós ouvimos, respeitamos, mas, obviamente, nós seguimos o caminho com toda a seriedade e com toda a lealdade.

Neste processo sempre fizemos o que tínhamos que fazer, não para evitar o ruído, mas para que toda a gente saiba bem o que é que estamos a fazer, para discutirmos com quem temos que discutir as opções. Portanto, reuniões com funcionários, com sindicatos, análises de todo o género e feito com os nossos revisores oficiais de contas, com os nossos prestadores de serviços de vária condição, tudo foi devida e aprofundadamente feito para chegarmos aqui e estarmos a tomar boas decisões. Há algum ruído, muito bem; procuraremos sempre que as razões, a racionalidade dos processos e as justificações das opções sejam claras, independentemente, obviamente aceitando o preceito democrático, de poder haver alguma discordância. Estamos num processo onde os caminhos são estreitos. Têm alguma largura? Têm. Podemos tomar algumas opções diferenciadas? É verdade. Mas, de facto, a verdade base é que o caminho é estreito e achamos que esta proposta tem qualidade e esta dissolução e este plano de internalização merecem a aprovação da Assembleia Municipal.”

Presidente da Mesa em Exercício⁰¹⁹

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰²⁰

“Senhor Presidente de Câmara, senhores deputados, demais presentes. O PCP não tem nada à priori contra a internalização da empresa TEMA e a sua inserção na Divisão da Cultura. Aliás, durante larguíssimas décadas foi assim que o Teatro Aveirense foi gerido. Ou seja, funcionou sem grandes problemas por causa disso.

Segunda ideia. Ao longo deste debate foi curiosa a diabolização que aqui se foi ouvindo sobre as empresas municipais. E foi curiosa em dois sentidos. Por um lado foi particularmente curioso ver que quem criou em Aveiro e no país e até do ponto de vista legislativo as empresas municipais são os que hoje as vem insultar e dizer todo tipo de maleitas de defeitos, enfim.

E depois um segundo momento que é o reconhecimento de muitas destas empresas municipais em muitos casos (e pelos vistos aqui em Aveiro) as forças políticas geriam estas empresas municipais como instrumentos para escapismos e malabarismos de contornos à lei. Portanto também do ponto de vista financeiro. Foi bom o momento de contrição e confissão aqui realizado.

Terceira ideia. Essencial naquilo que é a declaração de voto do PCP. Independentemente da internalização ser feita, não é aceitável que os trabalhadores de uma empresa municipal, seja ela a TEMA, a EMA, a MoveAveiro ou outra, criem uma expectativa legítima de um salário e depois a meio da sua vida laboral vejam essa circunstância diminuída. Podemos até tomar como boas as palavras do senhor Presidente de Câmara em relação à circunstância legal que se criou. Contudo da nossa parte esta é uma circunstância inaceitável. E há aqui um voto legitimado em função

disto. Não é aceitável que um trabalhador veja uma expectativa de vida, uma expectativa de rendimento coartada assim a meio da sua vida. Tenho dito.”

Vogal João Pedro Dias (BE) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[021](#)

“Antes de mais esclarecer alguns equívocos. Achei curioso que o Presidente tivesse falado que tem cura para esta doença. Isso é altamente discutível, mas também convém lembrar que a doença tem a paternidade PSD/CDS e PS. Se eventualmente tiverem a cura convém também lembrar que foram vocês que trataram de infetar com esta doença.

Em relação a algumas confusões que eu acho que estão na cabeça do Senhor Presidente. Não se trata de sigilo. Ninguém pediu nomes dos funcionários nem da posição salarial deles. Trata-se genericamente reconhecer, garantir nesta assembleia, que os mesmos caso ganhem o concurso, tem a garantia que nessa situação o seu estatuto salarial não é alterado. Obviamente não estamos a falar de 10 euros 20 euros. Estamos a falar, genericamente, não é alterado. Portanto é importante que essa garantia seja dada e ela não quebra nenhum sigilo.

Também ninguém disse que a Câmara faça um simulacro de concurso público. Aquilo que diz e é verdade é que depois desta aventura das empresas municipais desta doença, os principais prejudicados são aqueles que prestaram serviço público e não puderam ter o acesso ao estatuto de funcionário público e agora vão a processos concursais como se estivessem agora com um vínculo laboral não efetivo e sujeitos a esta nova situação. Obviamente que as pessoas também percebem que é diferente estarem em processos concursais com vinte e tal anos ou com quarenta ou cinquenta. Quem está no mercado de trabalho sabe que isso é uma dura realidade.

Finalmente dizer uma nota final para dizer que existe funcionários a trabalharem a recibos verdes no Teatro e falamos pelo menos de 16 pessoas. Como é que vai ser com esses trabalhadores. Vão reconhecidos, não vão ser reconhecidos? Como é que justifica que estejam a contrato a termo certo desde 2005?”

Vogal Jorge Nascimento (JPA) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[022](#)

“Senhor Presidente nós aceitamos as suas explicações. Nós realmente, o caminho como bem disse é estreito. A Lei aponta mais ou menos este caminho. E não é viável uma alternativa credível que alguma entidade viesse tomar conta de uma empresa destas com o Passivo que tem. No entanto, nós queremos sublinhar que esta atividade exercida pelo Teatro Aveirense, é uma atividade de suprema importância. Também a Câmara não disse que a vai deixar de exercer. Até sublinho que quer continuá-la, incentivá-la, desenvolvê-la. Agora, o que nós achamos, é que a Câmara deve agora promover tudo o que seja necessário para que não caímos numa situação de um défice empresarial externo, para trazer um défice internalizado. Há que ter um cuidado extremo com isso.

Nós entendemos que a Cultura seja uma atividade para dar lucro. Mas também não está bem aqui a lógica do utilizador pagador. É próprio que estas empresas, esta atividade, os ganhos há-de trazê-los à população com a ilustração que lhe faz. Capacidade crítica, ganhar desenvolvimentos, tudo o que daí deriva é uma forma indutora da personalização dos munícipes. Portanto é um enriquecimento da personalização de todos nós e de cada um. Portanto espero que a Câmara tenha isto em consideração. E que não venha agora na lógica de a atividade não dar prejuízo venha trazer depois para os munícipes o encargo de ver encarecidas as sessões de teatro ou sessões de cinema e as múltiplas atividades que venha a fazer. O ponto é que

otimize a gestão e que oprimisse os resultados. É isso que nós procuramos que venha a acontecer.”

Vogal João Barbosa (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[023](#)

“Eu pedi um pequeno esclarecimento ao senhor Presidente da Câmara que neste momento pode ser importante para os funcionários poderem decidirem em consciência. Aquilo que eu pedi é muito simples. Sobre os funcionários que decidirem fazer o contrato periódico, aguardando fazer concurso ao fim de um ano, gostava de saber se nos pode dizer quantos lugares vão ser postos a concurso?”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[024](#)

“Filipe Guerra, deixar claro que eu não pertença ao grupo que diaboliza as empresas municipais. Estas sim, temos que acabar com elas; estão todas erradas, temos que acabar com elas. Mas quem sabe se ao longo do mandato poderemos trazer aqui alguma para criar, com uma certeza absoluta: se acontecer é uma operação absolutamente sustentada e com lógicas claras e cristalinas. Não há da nossa parte nenhuma nota de que Empresas Municipais nem pensar. Não, sinceramente não temos essa perspetiva. Agora, estas temos mesmo que acabar com elas pelos motivos que largamente já aqui falámos. Quanto à sua nota, Filipe, que a redução de ordenados não é aceitável eu percebo isso, mas quem já teve a experiência de ter o seu ordenado sucessivamente reduzido sabe como é a vida. Em Portugal criámos uma mania que os ordenados são sempre para aumentar. Mas é, de facto, uma mania porque a vida não se vive assim. Os ordenados sobem umas vezes, descem outras, e mesmo aqueles que têm servido o Estado têm percebido que, às vezes, a vida anda para trás e em vez de ganharmos mais ganhamos menos. Se gostamos disso? Ninguém. Absolutamente ninguém. Vivemos um mundo em que o nosso ordenado a única coisa que lhe pode acontecer é aumentar, esse mundo, de facto, não existe, não existe mesmo. Embora estejamos a aprender a viver nele.

Aqui há preceitos legais, podemos concordar muito com a lei, pouco, discordar de tudo, temos é que a cumprir. É evidente que podíamos fazer de outra maneira. Nós podíamos dizer aos nossos funcionários da TEMA “meus amigos, acabou, sejam muito felizes, está aqui o dinheiro de todas as rescisões, vão à vossa vida que eu vou contratar uma empresa para me gerir isto tudo”. Era uma opção. Dr. Jorge Nascimento, das muitas hipóteses, uma delas exercitámo-la. Exercitámos essa e muitas outras. Era uma hipótese, mas não nos pareceu, por um conjunto de motivos que agora não vou estar a pormenorizar, que fosse o caminho mais indicado. Temos uma equipa capacitada, com bons recursos, achamos útil que a possamos usar na fase de transição e também achamos útil que a possamos usar, pelo menos em boa parte, na fase seguinte à da transição.

João Pedro Dias, enfim, o Bloco sempre gosta destas coisas de andar aqui com os pais da doença, mas nós estamos aqui preocupadíssimos com a cura dela. Nós vamos curá-la para que os cidadãos reconheçam que somos honrados em relação ao compromisso que assumimos de curar a doença, V. Exas. andarão aqui atrás do pai. Pois olhe, corram atrás do pai que nós estamos é preocupados é em arranjar um futuro sustentável, capaz, credível, para as operações de gestão para a Câmara Municipal de Aveiro e para o Município de Aveiro. Se encontrarem o pai depois digam-me como é que o sentenciam, em termos de responsabilidade formal, porque eu, sinceramente, não sei muito bem como é que isso se faz. Quanto aos recibos verdes, eu não sei se colocou

a questão quanto às nossas Assistentes de Sala que têm, de facto, essa relação. Têm e vão continuar a ter. Assistente de Sala é, na nossa opinião, um tipo de serviço que tem que ter como relação a prestação de serviço. Quando internalizarmos vamos ter um novo concurso para Assistentes de Sala, mas com pagamento à hora, sem nenhum outro vínculo que não seja de prestação de serviços, porque, de outra forma, não faz sentido; é aquele tipo de função onde não faz sentido outro tipo de vínculo. Não sei se está a falar deste tipo de situação, pressuponho que será. Vamos continuar a ter Assistentes de Sala, precisamos de ter, com uma tipologia de vínculo idêntica a esta e que é, na nossa opinião, e na opinião de casas análogas, o vínculo ou a relação contratual mais indicada.

Dr. Jorge Nascimento, está tudo dito e bem dito, claro que não vai haver nenhum défice de atividade, não vamos aumentar os preços. A Câmara e qualquer câmara que queira cultura tem que investir nela. Por mais que nós possamos ter uma relação equilibrada na receita com mecenas é muito difícil. Eu não conheço nenhuma, com a nossa escala. É uma área que tem que haver investimento e nós já o fazemos desde que cá estamos. Não sei se tem estado atento, se tem lá ido muitas vezes, o Teatro Aveirense desde outubro de dois mil e treze tem tido uma programação muito interessante, tem níveis de acesso muito interessantes, temos percentagens de ocupação de sala muito interessantes. Temos tido uma relação entre a oferta e a procura que consideramos positiva, entre o razoável e o bom, apenas estamos empenhadíssimos em entrar no novo momento e acedermos de bom a excelente porque é para aí que queremos elevar o patamar da nossa gestão.

João Barbosa, eu não lhe posso responder a essa pergunta com absoluta verdade e objetividade. Não por esconder mas porque não tenho. Nós vamos, no processo de internalização, fazer essa análise com pormenor. Já disse, e repito, que nalgumas áreas de especialidade podemos, inclusivamente, em vez de irmos contratar um quadro, porque chegamos ao mapa dos ordenados e dizemos “vamos ter algum especialista em som, em luzes, em sei lá o quê”, que venha ganhar oitocentos euros; vamos ver as casas aqui à volta e “não, não há disso”; então, eventualmente, para essa especialidade temos que usar um outro mecanismo, por exemplo, o da prestação de serviços. Portanto, é essa a análise fina. Isto não vai ser feito no final do ano. Nós queremos chegar ao final do ano, aliás queremos chegar bem antes do final do ano, com a nova operação completamente montada. A lógica é: dentro desse ano, tendo esse ano como limite máximo, embora a lei tenha mecanismos para prorrogarmos o ano, mas não é isso que nós queremos; nós queremos que a nova operação esteja em gestão com a brevidade máxima possível, fazendo as coisas bem. Disso nós não abrimos mão, fazendo as coisas com a devida qualidade.”

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa em exercício, colocou à votação⁰²⁵ ponto 2. – Apreciação e votação da Dissolução da TEMA e do Plano de Internalização da sua atividade no Município de Aveiro, sendo aprovado por maioria, vinte e um votos a favor (PSD12+CDS5+PS2+JPA2), oito abstenções (PS7+BE1) e um voto contra (PCP1).

Seguiram-se as declarações de voto dos seguintes vogais:

Vogal Filipe Guerra (PCP):⁰²⁶

“Dizer o seguinte: o PCP não votou contra por ter alguma objeção de fundo contra a extinção desta empresa e a sua internalização. Achamos que a Câmara Municipal de Aveiro tem as condições necessárias para prosseguir um bom trabalho naquele Teatro.

O nosso voto contra apenas se compreende e se explica à luz dos motivos apresentados, que se prendem com a não salvaguarda dos direitos daqueles trabalhadores, nomeadamente da manutenção da sua situação salarial actual.”

Vogal João Pedro Dias (BE):[027](#)

“Muito sinteticamente. Somos favoráveis à dissolução desta empresa municipal. Somos favoráveis à sua internalização nos serviços municipais, mas preocupa-nos a situação dos trabalhadores sendo que as respostas às nossas perguntas foi insuficiente e o pouco que foi adiantado leva-nos a temer o pior, quanto ao futuro desses trabalhadores. Sendo até que os precários continuem a ser precários. E nesse sentido a abstenção acho que espelha bem este nosso sentido de voto.”

PONTO 3 - Apreciação e votação da Dissolução da EMA e do Plano de Internalização da sua atividade no Município de Aveiro.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária pública realizada em 31/03/2015, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

De seguida o Presidente da Mesa em exercício[028](#) no seguimento da primeira intervenção do Presidente da Câmara, concedeu a palavra aos deputados municipais.

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[029](#)

“Ex.mos Senhores deputados e demais presentes. Referimo-nos agora à Empresa Municipal EMA. Bem, está é uma empresa particularmente visível e significativa no quadro daquilo que foram alguns defeitos apontados por outros deputados que não do PCP em relação aquilo que foram as empresas municipais. Nomeadamente aos desperdícios, aos carreirismos, enfim, todos tipos de oportunismos que ali se criaram e que se foram mantendo. Hoje a situação é diversa. A empresa tem apenas dois trabalhadores. É uma empresa, por aquilo que foi dado a ler nos documentos, vai fazendo a gestão corrente ali do dia-a-dia daquele estádio.

Nós da nossa parte não temos nenhuma questão de fundo em relação à internalização daquela empresa e à sua extinção. Aachamos que a Câmara Municipal tem todas as condições para assegurar aquele trabalho, não há necessidade de uma empresa municipal específica. Ainda mais uma empresa que tem as dificuldades óbvias e objetivas que esta tem em cumprir com a legalidade.

Portanto a questão que eu colocaria ao Senhor Presidente de Câmara era a mesma questão anterior. Isto será um pouco repetitivo, mas terá que ser feito. É a situação do vínculo daqueles trabalhadores — se é uma situação análoga aos trabalhadores que eram da TEMA?”

Vogal João Pedro Dias (BE) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[030](#)

“Eu penso que é do conhecimento de todos a situação em que surge esta empresa, como gestora do estádio municipal e as circunstâncias como surge o estádio municipal, claramente, que não servia as necessidades de Aveiro, mas servia as necessidades de um evento em particular e os problemas atuais que essa construção criou. Salientar que o arrastamento de dissolução da EMA gerou uma grande fatura para pagar aos contribuintes aveirenses. Dizer que a Direita diz que a dívida é para pagar mas

raramente fala das condições que levaram a essa dívida — e isso é bastante importante principalmente quando a dívida que é contraída não serviu propósitos sociais de enriquecimento de Aveiro ou das pessoas que cá vivem. Serviu para operações especulativas e ventos que se esfumaram. Enfim, o seu propósito é bastante questionável. Aliás, no desenrolar deste triângulo do futebol profissional, autarquia e poder político, podemos constatar que ao longo dos anos temos maus exemplos.

Tivemos o negócio das piscinas cuja transparência obviamente não existe. Peço desculpa, mas a opacidade é inquestionável.

E também dizer que esse é o fruto desta política de empresarialização destes sectores. No entanto, congratulamo-nos com o fim destes episódios, não querendo passar a limpo as responsabilidades do mesmo e lembrar que este é o maior ativo tóxico que há nas finanças locais. Lembro que os custos em relação a este estádio rondam os 65 milhões de euros, pelo menos esse é o valor cuja informação eu disponho.

Também, e já agora, que planos é que este executivo tem para este estádio municipal do ponto de vista da sua valorização, da sua dinamização, visto que ele é deficitário, tem custos de operacionalização que suplantam as suas receitas, etc.

E também, dizer, como é que se explica o Parque Desportivo de Aveiro. Ou seja, nem sequer foi salvaguardado o interesse da autarquia. Porque o Parque desportivo de Aveiro era dado como potencial gerador de mais-valias, no entanto ele foi progressivamente privatizado numa pressão bastante estranha de aumento de capital e portanto fica mais uma vez aquilo que eu acho que é a verdadeira ideologia do PSD e do CDS que é este socialismo dos ricos. Onde, obviamente, aquilo que é deficitário é público, aquilo que pode gerar alguma receita nós privatizamos. E aí está, a Visabeira já é o principal acionista desta empresa. E portanto, isto é um cenário de destruição de serviços públicos. Não há aqui nenhum ganho, não há desporto em Aveiro, não há equipamentos desportivos em Aveiro. E portanto isto é um retrato catastrófico do desporto. Se a EMA fosse o espelho do desporto em Aveiro era este o cenário.”

Vogal Marques Pereira (PS)⁰³¹

Vogal João Pedro Dias (BE)⁰³²

Vogal Jorge Nascimento (JPA)⁰³³

Vogal Marques Pereira (PS)⁰³⁴

Vogal Susana Esteves (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰³⁵

“Apenas para dar nota que a extinção da EMA já tinha vindo aqui. Portanto deveria estar mais adiantada àquilo que está. E finalmente ainda bem que se avança com essa decisão, porque anteriormente parece que se tomavam algumas decisões mas nada avançava. Eram só dificuldades e confusões. Mas eu não posso deixar de dizer, alguns colegas meus falam nesses aspetos e eu vejo muita confusão. Por exemplo o colega do bloco de Esquerda falou na questão do PDA e por que é que o estádio não está na PDA e que isso tem a ver com o PSD e com as questões de direita. Que eu saiba, quem abriu o concurso para haver uma parceria na PDA foi o PS e nessa altura não inclui-o lá o estádio. E depois disso feito, inverter essa situação seria obviamente muito complicado. É óbvio que quando a Visabeira passou a ter posição maioritária foi uma questão, mas aí já havia lá muito dinheiro investido da Visabeira era uma situação complicada e delicada e foi o PS que encaminhou essa situação dessa forma que depois foi muito difícil reverter.

Eu acho muita piada também que seja a CIRA a ficar com o estádio, quando Aveiro andou anos e anos a não pagar quotas à CIRA. Mas enfim, também tem a sua piada.

Fico também satisfeita de saber que fizeram evoluções a essa questão que era uma grande questão com relação à devolução do IVA.

E também para dar nota, em termos nacionais eu não alcanço na totalidade as palavras do Dr. Jorge Nascimento com relação ao IMT, obviamente, não estava ciente dela. Mas de facto as coisas surgem mesmo em termos nacionais e não se está muito preparado para elas, mas eu tenho a certeza que elas se vão resolver como foi o caso do próprio IMI. Na altura o governo isentou os estádios para os clubes privados (Benfica, Porto, Sporting) e não isentou os estádios públicos. De facto este estádio começou muito mal. O Parques Pereira não colocou a questão, mas logo no primeiro dia que o estádio começou a funcionar, ele ficou com um passivo de 4 milhões, para fugir a meter a despesa nas contas da Câmara, porque de facto nessa altura da Manuel Ferreira Leite as Câmaras começaram a ter limites de endividamento e as empresas municipais não o tinham. Portanto também essa foi uma opção de gestão PS – e tem de ser dada nota disso.

Só uma outra observação com relação ao PCP e do Bloco de Esquerda, também para dar nota um pouco da demagogia que aqui se vive. Neste momento restam dois trabalhadores na EMA. Todos os outros que existiam foram já todos demitidos, alguns em situações muitíssimo precárias e muitíssimo dramáticas e nessa altura nunca de preocuparam.”

(Entretanto saiu da sala o Vogal António Ildebrando Nunes Costeira)

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰³⁶

“Em relação aos trabalhadores, vários de vocês colocaram a questão, tudo o que foi dito da TEMA é igual. Só temos dois, que são hoje os nossos dois grandes especialistas em estádios. Ai de nós se não os tivermos, como é que gerimos isto? Temos uma pessoa que é gestora, mais da componente administrativa e financeira, e o outro que é gestor da estrutura e da infraestrutura. São os nossos dois especialistas em estádios. Não temos mais nenhum, precisamos imenso deles. O procedimento é que é o mesmo, com as suas coisas boas e com algumas coisas más, nomeadamente aquela de ganhando o concurso poderem vir a um patamar de vencimento inferior àquele que têm agora. Agradeço à Susana a lembrança histórica, e não vamos fazer aquilo que se fez noutros tempos com danos graves, isso não vamos. O caminho que escolhemos é um caminho radicalmente diferente, de defesa naquilo que é defensável no quadro legal e na nossa ética relacional com os nossos funcionários em defesa da sua boa condição, colocando sempre em primeiro lugar a boa condição da gestão da coisa pública que está em causa. Isso para nós tem que estar, e estará sempre, em primeiro lugar. É um exercício feito de forma correta e devidamente respeitador dos nossos funcionários, neste caso dois, só são dois e precisamos imenso deles.

Deixar claro, em relação a algumas notas que o João Pedro Dias referenciou. Nós vamos dissolver a empresa mas não podemos dissolver o Estádio. Tomáramos nós. Eu não uso a expressão que usou mas, na substância, concordo consigo em chamar “um activo tóxico”. Eu só não uso essa mesma expressão, porque ela está ligada a coisas bem penosas, que não têm nada a ver com o seu teor de gravidade com a gestão do nosso estádio, mas, de facto, o dossier Estádio de Aveiro será uma enciclopédia de asneiras das mais completas na gestão pública do nosso Município. Garantidamente. O Dr. Jorge Nascimento ainda falou de pessoas que receberam pouco dinheiro pelos terrenos, eu ainda tenho é que gerir algumas que ainda não o receberam. É seguramente daqueles dossiers em que davam uma belíssima de uma enciclopédia do

pior que há na gestão da coisa pública. Agora, temo-lo, não o podemos dissolver, demolir custaria um valor absolutamente absurdo, e estamos numa operação de procurar soluções de gestão com problemas adicionais. Não vale a pena fazermos de conta. O nosso principal cliente está na situação em que está, tem um PER; o clube mãe do nosso principal cliente tem outro PER. Portanto, temos a condição que temos e é esta condição e não é outra. Estamos à procura, a trabalhar com esses dois parceiros, a trabalhar com a Visabeira, sabendo que negócios destes, no mundo em que vivemos, ninguém os quer. Vivemos um exercício sustentável, sabendo que a mão da Câmara não pode ser tirada neste processo. Não pode, de todo, ser tirada, não é possível fazermos isso. Era bom mas não é possível e nós, obviamente, não alienamos a nossa responsabilidade.

João Pedro, não vale a pena, eu respeito o seu exercício ideológico, porque, de facto, aqui estamos num outro mundo, aqui estamos no mundo da sustentabilidade, de uma operação que quando foi pensada já estava fora do mundo, completamente fora do mundo, era absolutamente surreal quando foi pensada, e que hoje não existe. Nós temos é que agradecer à Visabeira que já aguentou com quinhentos milhões enterrados ali e dos quais não tira um único proveito. Não tira, nem tirará nos próximos tempos. É que não vale a pena porque o mundo em que vivemos é este. No entanto, o Bloco de Esquerda se nos arranjar uns investidores nós agradecemos, recebemos, tratamos com eles, porque estamos na luta intensa com os parceiros que temos, e com alguns que vão aparecendo na nossa relação, para arranjarmos soluções sustentáveis, porque campos de golfe, moradias, isso não existe. Esse mundo, não sei se não voltará porque não me vou pôr aqui a fazer futurologia, no mundo em que estamos a viver e naquele que perscrutamos pela nossa frente isso não existe objetivamente.

Dr. Jorge Nascimento, deixar claro sobre estas dúvidas em relação aos impostos. Procurámos deixar claro no texto essas referências, mas o Governo tomou, finalmente, uma boa decisão acolhendo a proposta que a ANMP vinha fazendo há muito tempo e que é uma alteração à lei 50, para deixar clara a matéria das dúvidas tributárias, chamemos-lhe assim. Está aprovada no Conselho de Ministros, está em fase de especialidade na Assembleia da República, será, seguramente, votada e aprovada proximamente para acabarem as dúvidas. Porque um dos defeitos da lei 50 é que deixou dúvidas sobre estas questões da tributação. Estamos todos de acordo em relação à substância. Então uma empresa que é municipal, ainda por cima cem por cento municipal, depois quando o património, que é cem por cento municipal e é cem por cento da Câmara, passa para a Câmara temos que pagar seja lá o que for? IMT, mais-valias, isto não tem sentido nenhum. Estamos todos de acordo, apenas depois há, uma coisa muito tipicamente portuguesa, as interpretações da lei. Portanto, decisão que dentro de muito pouco tempo será lei para não haver mais dúvidas e não estarmos mais com as interpretações da entidade A, B, C, D. isto teve muitas discussões até com a Autoridade Tributária e para não haver dúvidas escolheu-se este caminho. Alteração à lei, com um texto muito claro, que nós próprios demos parecer em sede da nossa participação na ANMP para que as dúvidas não nos venham atraiçoar nalguma etapa da nossa vida futura. Sr. Dr. obviamente que teremos todo o cuidado, mas nesse domínio é simples de não virmos a ter problemas de futuro com proprietários que deixaram de o ser por força deste processo. A esse nível, sinceramente, não há problema, não há risco, porque as questões estão feitas com a devida ponderação destes fatores. E pronto, está tudo dito.”

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP)⁰³⁷

Vogal João Pedro Dias (BE)⁰³⁸
Vogal Marques Pereira (PS)⁰³⁹
Vogal Henrique Diz (PPD/PSD)⁰⁴⁰
Vogal Susana Esteves (PPD/PSD)⁰⁴¹

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁴²

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa em exercício, colocou à votação⁰⁴³ ponto 3. – Apreciação e votação da Dissolução da EMA e do Plano de Internalização da sua atividade no Município de Aveiro, sendo aprovado por maioria, vinte votos a favor (PSD12+CDS5+PS2+BE1), seis abstenções (PS6) e três votos contra (PCP1+JPA2).

Seguiram-se as declarações de voto dos seguintes vogais:

Vogal Filipe Guerra (PCP):⁰⁴⁴

“A declaração de voto é igual à do primeiro ponto. Portanto o PCP é favorável à dissolução daquela empresa e à internalização dos seus serviços, contudo é contra ao facto dos direitos dos trabalhadores que lá estão não estarem assegurados do ponto de vista dos seus direitos salariais. Tenho dito.”

Presidente da Mesa em Exercício⁰⁴⁵

Vogal João Pedro Dias (BE):⁰⁴⁶

“Muito sinteticamente. O voto favorável prende-se como facto dela não ter um propósito social – nunca teve, nunca o terá. E portanto nós entendemos que ela nunca devia ter existido. Ela nasce de um erro que foi a construção do estádio e por isso só nos pode merecer o voto favorável a extinção desta empresa.”

Vogal Jorge Nascimento (JPA):⁰⁴⁷

“Os membros do MJA presentes nesta Assembleia votaram contra a proposta, não por estarem contra a solução final, mas porque a proposta não assegura presentemente o cumprimento de obrigações fiscais que podem verificar-se do ato que é aprovado. Obrigado.”

PONTO 4 - Apreciação e votação da Dissolução da MoveAveiro e do Plano de Internalização da sua atividade no Município de Aveiro.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária pública realizada em 31/03/2015, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

De seguida o Presidente da Mesa em exercício⁰⁴⁸ no seguimento da primeira intervenção do Presidente da Câmara, concedeu a palavra aos deputados municipais.

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁴⁹

“Senhor Presidente de Câmara, senhores deputados municipais e demais presentes. Em relação à empresa Move Aveiro. Gostaria de começar a minha intervenção por dizer o seguinte. Esta é uma empresa que nunca deveria ter existido.

As funções exercidas do transporte público de passageiros foi exercido pelos STUA durante muitos e muitos anos em Aveiro, e na altura em que esta empresa foi criada o PCP votou contra porque já percebíamos que alguma coisa poderia vir aí de catastrófico — e foi exatamente isso que aconteceu. Na realidade a empresa MoveAveiro é uma empresa que desde a sua criação foi uma empresa que foi maltratada, eu diria mesmo sabotada sistematicamente e de uma forma organizada ao longo dos últimos anos.

Aquilo que vamos hoje aqui votar é uma solução que o PCP defende desde sempre, que era a internalização da empresa (porque ela nunca deveria ter existido). Contudo hoje aqui vamos votar uma internalização que tem uma ramificação que o PCP não está de acordo. Em relação aos seus trabalhadores nomeadamente os motoristas, aqueles que têm vínculo à Câmara passarão para a Câmara perdendo o seu acordo de empresa. Ou seja direitos conquistados e adquiridos ao longo de décadas de trabalho. O caso dos trabalhadores que vão para o concessionário ficará aí a dúvida se perdem o vínculo público passando a ser trabalhadores do privado — coisa que agradeceria muito o futuro concessionário.

No caso dos trabalhadores da MoveParque a sua situação é ainda pior porque tendo um vínculo à MoveAveiro eles ficarão na Câmara numa situação salarial, por aquilo que depreendi das suas palavras, inferior aquela que têm atualmente. Ficando até abril de 2016 naquela circunstância de esperar concurso para ver quem fica.

Portanto são trabalhadores que até agora têm empenhadamente e com zelo feito o seu trabalho, de repente vêm-se numa situação laboral inferior àquela que tinha e até em 2016 com risco de perda de trabalho.

O documento apresentado é confuso. Porque se por um lado apresenta os défices por outro revela a necessidade imperiosa de uma nova frota e que por aí se justifica a incapacidade futura da MoveAveiro.

Ou seja, fica a ideia de que se houvesse dinheiro se renovaria a frota e a empresa não necessitava de ser desmantelada. E sobre isto cumpre fazer algumas apreciações.

Primeiro em relação aos executivos municipais que feriram esta empresa. Segundo em relação a quem tendo criado esta empresa foi sabotando a empresa na exata medida em que se criaram as condições para que ela fosse cada vez mais deficitária afastando-a cada vez mais dos interesses da população do município. E também, criando rotas desnecessárias vindo a criar um prejuízo ainda maior, sem existência de executivos municipais que nunca foram capazes de apresentar ao estado central a existência de indemnizações compensatórias para o serviço público prestado pela MoveAveiro — ao contrário do que acontece com a Carris em Lisboa ou o STCP no Porto. Nunca ninguém lutou por aquela empresa com a exceção dos seus trabalhadores e dos seus utentes que neste processo foram os únicos que estiveram no lugar da dignidade.

Cumpre dizer olhando para as contas do ano passado que esta empresa apesar de lhe terem retirado a carne, deixando-lhe os ossos, com a concessão das linhas que eram mais rentáveis, é uma empresa que ainda assim, resistiu conseguindo aumentar o número de quilómetros feitos, a sua taxa de ocupação, e até o número de passageiros por si transportados se por comparação com 2013.

Ou seja o serviço público de passageiros em Aveiro é uma necessidade da população e se fosse valorizado e houvesse investimento era mais-valia sem dúvida.

Olhando para as contas da empresa percebemos que a empresa teve no seu global, incluindo a MoveParque e MoveRia, teve receitas de 1.692 milhões de euros. Sendo que revê gastos de 3.900 milhões. Havendo portanto um défice de 2.200 milhões.

Fica esta dívida: que potencial não teria esta empresa para pôr o conta-quilómetros a zero entre o Passivo e o Ativo, se não tivesse sido delapida das suas linhas mais rentáveis.

Que potencial não teria esta empresa se tivesse havido um investimento na frota? Se tivessem valorizado os seus percursos, se não tivessem feito linhas estapafúrdias devido ao afundamento o mais rápido daquela empresa.

Não fará sentido uma autarquia que é capaz de gerar 30 ou 40 milhões de receitas anuais, não é capaz de suprir estes 2 milhões de euros? É uma inevitabilidade deixar ir esta empresa assim ao charco? Ficam estas questões senhora Presidente.”

Vogal João Pedro Dias (BE) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[050](#)

“Começar a minha intervenção por lembrar que o Bloco de Esquerda nesta Assembleia já propôs atempadamente a municipalização e a internalização dos seus trabalhadores. Lembrar também que defendíamos até também a inter-municipalização da MoveAveiro de forma a ter um serviço público mais eficaz, mas também pensando na questão da sustentabilidade financeira. Infelizmente as forças políticas que aqui estão não rejeitaram essa proposta. Não esquecemos também daquilo que fizemos e não esquecemos aquilo que fez PSD e CDS. Despedimentos de trabalhadores e entrega sem concurso público e gratuitamente de quatro linhas (as mais rentáveis) à Transdev. E a transformação das linhas da MoveAveiro em linhas indeficientes em vez de promover uma linha pendular, eficiente, rápida, e fácil para o utilizador, mantiveram as linhas circulares e redundantes.

Também dizer que o caminho da concessão é errado. Aliás, a concessão às vezes consegue ser pior que a própria privatização porque junta o financiamento público, enfim, em favor de um privado. Mas gostava de deixar aqui perguntas concretas para que o Senhor Presidente me pudesse responder na primeira volta. Quanto é que nos próximos anos a autarquia pagará ao consórcio privado que fique com esta empresa? Que garantias de rotas e horários existem para as zonas menos centrais do concelho? E que serviço existe do ferry a horários compatíveis com as necessidades das populações de São Jacinto? E termino por agora.”

Vogal Jorge Nascimento (JPA)[051](#)

Vogal Carlos Barros (CDS)[052](#)

Vogal João Pedro Dias (BE)[053](#)

Vogal Carlos Barros (CDS)[054](#)

Vogal Marques Pereira (PS)[055](#)

Vogal Paulo Marques (CDS)[056](#)

Vogal João Pedro Dias (BE)[057](#)

Vogal Paulo Marques (CDS)[058](#)

Vogal Francisco Picado (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[059](#)

“Muito o obrigado, Senhor Presidente. Boa noite a todos. Eu dividiria a minha intervenção em duas partes. A primeira tem a ver com a extinção da Move Aveiro que me parece que é uma coisa inevitável.

É um facto inevitável que advém de aspetos legais, mas que advém também de um conjunto de opções de gestão, sendo que ao chamar-lhe opções de gestão já e4stou a ser suficientemente bondoso face áquilo que aconteceu nos últimos anos que foi aquilo que acompanhei.

E também gostaria de dizer que não foi por falta de aviso. Ate acho engraçado, segundo o que percebi da acta, que o Senhor Presidente da Câmara que o antecedeu tenha votado a favor da extinção da MoveAveiro. Não deixa de ter a sua piada! Não brincando com coisas sérias. Mas é uma coisa de facto caricata e de contornos um bocadinho estranhos. Portanto a MoveAveiro tem o seu fim.

Na segunda parte da intervenção o que eu gostaria de perguntar ao Senhor Presidente era qual é verdadeiramente a opção do executivo relativamente à questão dos transportes ou se quiser da mobilidade — eu prefiro chamar da mobilidade do ponto de vista público.

Porque eu penso que há aqui alguma confusão. Quando falamos de transportes, se os transportes forem exclusivamente explorados por privados, nós não estamos a falar de transporte público. Sendo que à partida uma empresa privada tem uma visão muito clara que é a obtenção do lucro no exercício da sua atividade. A partir do momento em que nós introduzimos o conceito de transporte público tem que haver a participação de uma entidade pública.

E depois há vários modelos. Há um modelo em que a entidade pública assume por completo a gestão do sistema ou pode haver um modelo onde a entidade pública concessione e inevitavelmente terá de compartilhar esse modelo precisamente para cumprir a sua função pública. E portanto a minha pergunta é o que é que vamos ter a seguir. Uma gestão totalmente privada onde a autarquia licencia de forma completa e absoluta a exploração do sistema a privados. Ou vamos ter uma opção de intervenção pública seja ela em que modalidade for. Portanto esta é a primeira questão de fundo relativamente áquilo que irá acontecer á mobilidade em Aveiro.

A segunda questão é que para termos um processo deste cariz, onde há uma intervenção pública, é preciso apurar à cabeça o custo do serviço público. É esse o montante que a entidade estará disposta a incluir no processo de gestão do sistema para compartilhar e permitir que as tarifas por exemplo sejam inferiores àquelas que seriam quando meramente exploradas por privados. Portanto a minha segunda questão tem a ver com já se ter feito reste exercício de quantificação de parcela pública. Porque aquilo que acontece na maior parte dos casos, embora em Portugal comecem a existir diretivas em sentido contrário, é que a chamada indemnização compensatória deva aparecer à cabeça e não no fim.

Porque quando aparece no fim é para tapar ao buraco. E como é que tapa o buraco? Tapa o buraco de duas formas. É através da parcela de custo de serviço público e depois também vai colmatar as ineficiências da gestão da entidade que trabalha esse serviço. Se aparecer à cabeça, obviamente está quantificado esse valor e portanto no final tudo o que sobrar do ponto de vista da ineficiência é da responsabilidade da entidade que gere o sistema.

Portanto esta inversão de quantificar à cabeça ou no final da intervenção pública faz toda a diferença.

O que é que aconteceu no passado? Ouvi hoje aqui as palavras do tipo “não têm apetência”! O executivo anterior usava a palavra “não tem vocação”! Eu chamo-lhe “competência”. É preciso ter “competência” para gerir estas coisas. Mas estas questões penso que são fundamentais para nós percebermos o que é que vai acontecer à mobilidade em Aveiro.

Primeiro: há ou não uma intenção de contribuir com uma parcela pública para podermos continuar a chamar de serviço público. E em segunda instância se essa parcela já está ou não quantificada? Porque tudo o resto é um conjunto de questões e que já aqui foram colocadas, muito pertinentes, mas advém destas primeiras opções à cabeça. Para já é só.”

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁶⁰

“Eu cerca do meio-dia aprendi uma coisa que ainda não sabia que é a maneira de resolver os problemas é atirar dinheiro para cima deles. E nesta Assembleia parece que continua a tendência de atirara dinheiro para cima dos problemas. Não houve nenhum governo no Portugal democrático que se tivesse ocupado seriamente da questão da mobilidade e dos transportes públicos. Não houve governo nenhum no Portugal democrático que assumisse a responsabilidade nacional de garantir que todas as populações independentemente do local onde se encontravam e independentemente da dimensão da dimensão das localidades que habitavam teriam acesso a transportes públicos de qualidade — nenhum governo em Portugal fez isso.

Há duas cidades altamente beneficiadas pela política de transportes públicos em Portugal que são Lisboa e Porto. Há ainda indemnizações compensatórias para os cidadãos que moram nos arredores de Lisboa e do Porto que se deslocam para a capital e para o Porto, mas não há indemnizações compensatórias da parte do estado central para os cidadãos que morando nos arredores de Aveiro se têm de deslocar nesta região. E isso é para já um problema que é muito importante, na medida em que atira para cima do poder local e atira para cima das autarquias que têm menor poder económico, atira com ima responsabilidade que em autarquias de maior poder económico não existe.

Segundo ponto. Ao atirar para cima destas autarquias esta responsabilidade ignora um outro ponto que é a questão dos transportes, as questões de escala que são fortemente influenciadoras dos custos unitários, e portanto, quem o estado prejudica é logo à partida quem é mais prejudicado pelo facto de os transportes públicos em regiões como Aveiro serem tendencialmente mais caros do que em regiões como Lisboa ou no Porto na medida que temos efeitos de escala bastante menores.

Portanto eu acho que uma primeira coisa que os municípios têm que fazer é exigir ao governo, seja ele qual for, que tenham um tratamento dos municípios igual também no que diz respeito à política de transportes — coisa que não existe.

A existir esse tratamento igual, haverá ainda indemnizações compensatórias e eu concordo inteiramente com o que o Picado disse. As indemnizações devem ser calculadas com base nos parâmetros que nos temos de serviço público e dos custos reais desse serviço e são pagas à cabeça — inteiramente de acordo. Porque as indemnizações compensatórias não podem servir para aliviar dívidas do Estado Central, para depois dizerem que acabaram o mandato com 80 por cento de dívida pública, quando na realidade é cerca de 130 por cento — bem em nome da transparência que seja assim.

Por outro lado está aqui a ser discutido de uma forma mais direta ou menos direta se o transporte público deve ser responsabilidade direta do município ou se deve ser da responsabilidade de privados com a supervisão seja ela como for da parte do município.

Eu devo dizer-lhes que, a minha preocupação maior, enquanto representantes dos aveirenses aqui, é que haja uma aplicação eficiente dos dinheiros públicos. Essa é a minha preocupação.

A mim não me serve rigorosamente de nada ter uma empresa pública se essa empresa pública na prestação do seu serviço tiver custos mais elevados do que qualquer outra empresa privada. A mim o que me interessa é que o dinheiro público seja aplicado com consciência e seja aplicado de forma a servir os cidadãos com os menores custos que forem possíveis assegurando a qualidade do serviço. O que eu meço é os inputs, o dinheiro que lá põem, e os outputs da qualidade de serviço que eu tenho. O resto lamento muito mas não me diz respeito. Há muitas situações em que são empresas públicas e conseguem operar melhor e há muitas situações em que só empresas privadas conseguem operar melhor.

Devo dizer-lhes que, todos nós, porque elegemos governos, temos responsabilidades quando deixamos que os governos nomeassem gestores incompetentes para empresas e que por isso mesmo as levaram à situação em que se encontram e que obrigam hoje a adotar programas de emergência.

Naturalmente que todos nós temos responsabilidades, uns mais e outros menos, mas o que se trata aqui hoje concretamente é de assegurar o cumprimento da lei.

E assegurar o cumprimento da lei corresponde ao encerramento da MoveAveiro.

E trata-se de garantir que o município de Aveiro e o executivo municipal de Aveiro vão salvaguardar os interesses das populações, garantindo o serviço de transporte que elas merecem, com o menor custo possível, independentemente da solução que for adotada, seja ela da responsabilidade direta da Câmara ou da responsabilidade de outros.”

Vogal João Pedro Dias (BE)⁰⁶¹

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD)⁰⁶²

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁶³

“Duas ou três notas sobre algumas das questões que foram colocando. É bom termos consciência do seguinte. Um dos desequilíbrios que nós temos tem muito a ver com a discrepância entre a dimensão da estrutura dos vários recursos humanos, técnicos e físicos, e a dimensão da operação que está em causa. Temos, de facto, uma discrepância excessiva. Traremos cá números, mas vou responder a algumas questões com alguns indicadores que têm a ver com todo o trabalho, o imenso trabalho, que está a ser feito, ou melhor, que foi feito em termos de análise, e que agora está a ser feito naquilo que é a construção do caderno de encargos do concurso que vamos lançar proximamente. Obviamente que aí, todo esse trabalho teve que ser feito, estudado, reestudado e tratados os cenários alternativos. Agora, temos que olhar para a operação e dar-lhe dimensão. Por exemplo, o Filipe Guerra do grupo dos nossos funcionários da MovePark. Nós temos um excelente grupo de funcionários. Podemos ter aquela quantidade para a operação que temos em mãos? Podemos ter uma equipa com qualificações absurdamente díspares dentro do mesmo grupo e a fazer a mesma coisa? A estas perguntas nós vamos ter que responder neste processo que temos agora em mãos. Algumas das respostas parecem absolutamente óbvias e quando olhamos para a realidade, com pormenor, algumas são mesmo muito óbvias. A menos que alguém, depois, se queira acantonar em fundamentalismos que toda a gente tem que ter um posto de trabalho, toda a gente tem que receber o ordenado que está a receber. Mas aí acaba a conversa e cada um fica com a sua posição e seguimos para a frente com a opinião da maioria, não há volta a dar. O Filipe falou da questão do documento ser confuso, nomeadamente no que se relaciona com a necessidade de investimento na frota. Não há volta a dar-lhe, a nossa frota está no estado em que está e é preciso investir nela. Nós temos recursos? Não temos, mas é que não temos mesmo, não temos

onde ter. É uma história que parece anedota, é esta: a última vez que nós tivemos oportunidade de comprar um autocarro financiado a cem por cento num programa lançado pelo que é hoje o IMT, com uma coisa anormal que é o dinheiro vir à frente da operação de compra, pois lá recebemos o dinheirinho, arredondando a conta cento e cinquenta mil euros, e das coisas primeiras que tive de tratar foi um ofício do IMT a perguntar “Sr. Presidente este é o ofício número não sei quê que mandámos à Câmara de Aveiro para a câmara nos mandar o comprovativo da compra do autocarro que nós financiámos e que foi para aí o dinheiro no dia tal”. Eu achei tão bizarro o processo que, como qualquer caloiro, deixa procurar informação: onde é que está o autocarro? porque é que não mandámos o comprovativo? Coisa notável. De facto, não comprámos o autocarro e gastámos o dinheiro. O que é que nós vamos fazer agora? Vamos gastar cento e cinquenta mil euros a comprar outro autocarro? Seguramente que alguns de vocês diriam “com certeza, com cento e cinquenta mil euros vamos lá comprar o autocarro”. Como? Com o dinheiro de quem? Isto é bizarro mas nós temos coisas destas, parece anedota mas não é, de facto, anedota, é mesmo verdade. Estamos a negociar com o IMT: “isto é de facto uma coisa bizarra, não temos nem autocarro, nem dinheiro”. Portanto, estamos a negociar com o IMT um processo de pagamento para resolver isto, com um dano colateral. Muitas vezes o que há nisto, para além da questão em si, são os danos colaterais. O IMT tem bloqueado o cofinanciamento do nosso Plano Municipal de Mobilidade, que está aprovado mas está bloqueado, porque temos um incumprimento com este processo; e são cinquenta mil euros. É muito dinheiro. O documento tem, de facto, algumas notas que percebo o que o Filipe quis dizer, mas depois temos que sair disto, temos que ter uma estratégia para sair disto para que possamos ter serviço público de qualidade, sustentável, com capacidade para resolver estes problemas de estrutura que temos. É essa a operação que temos que montar com o pressuposto, que parece claro, independentemente de alguém votar contra, e que não tem outra saída. O único visto, nós resolvemos todos menos um, nós resolvemos todos os problemas de visto que tínhamos e eram muitos, menos um, exatamente o visto que tínhamos do contrato de uma relação entre a Câmara e a MoveAveiro. Foi o único, os outros resolvemos todos. Alguns com recurso ao Pleno do Tribunal de Contas. Este não teve remissão porque, tal como o Paulo Marques citou, é absolutamente claro o porquê do chumbo e não há volta a dar-lhe, por mais que a gente queira. Como é que temos segurado as operações? Sabeis bem, com o famosíssimo reequilíbrio financeiro. Vamos, na prática, pagar a mesma coisa mas fazendo de forma diferente e legalmente sustentável, dado que não temos a possibilidade de ter o nosso contrato visado e, pelo seu exercício, transferimos o dinheiro que temos que transferir pela prestação e serviços que a empresa nos faria. É verdade que melhorou em dois mil e catorze, mas melhoraram as empresas todas. Nós já estamos a trabalhar desde o dia vinte e três de outubro, à noite. Há uma série de medidas que foram tomadas e as contas que vamos apreciar, embora falarei muito pouco nesse ponto, são claras: em todas as empresas há melhorias objetivas e também financeiramente quantificáveis. Porquê? Porque foram sendo tomadas um conjunto de medidas, acabaram os desvarios, acabou o dinheiro gasto à ‘papo-seco’; acabou mesmo. Dois mil e catorze foi, de facto, um ano profundamente diferente daquilo que tínhamos, principalmente no ano em que mais se compara, por perto, que foi o ano anterior de dois mil e treze ou o outro completo, em termos de responsabilidade, que foi o de dois mil e doze. O Filipe tem razão quando pergunta: isto tinha potencial para ser de outra maneira? Com certeza que tinha, mas depois temos que mudar o tempo verbal: mas não tem. Porque a realidade é esta e não outra que poderia ter sido outra. A verdade é que não é; é esta que nós temos e é sobre esta que nós temos que tomar

medidas. Não é suportável, não aguentamos mais, andar com défices financeiros na atividade da MoveAveiro de dois vírgula dois milhões de euros por ano não é mais possível. Chegou. Chegou, não; já sobra demais neste processo.

Indo às questões que o João Pedro Dias referenciou, a opção que tomámos é uma opção de concessão. O que quer dizer que a titularidade da operação é nossa, o que quer dizer que seremos a entidade concedente e é a entidade concedente que dita as regras. Cá virá um caderno de encargos que tem tudo: tem as rotas; os horários base, porque, obviamente, os concorrentes podem, depois, mexer naquilo; tarifários; financiamento. Vocês acham que alguma empresa privada está interessada em transportar as pessoas que transportamos para S. Jacinto? Vocês acham que alguma empresa privada está interessada em transportar, em serviço rodoviário, para as áreas do nosso município com baixíssima densidade populacional? Tenho a resposta clara: nenhum. Mas nós queremos prestar esse serviço. Quem fez a pergunta, como o João Pedro, que não tenha dúvidas, nós queremos e vamos prestar esse serviço com autocarros com qualidade, com operação que cumpre os horários, com um serviço de informação em condições, etc., com fiabilidade, não é só qualidade, é com fiabilidade porque a fiabilidade é muito importante para que a operação comercial tenha ganhos. Quando, sistematicamente, o autocarro não passa a horas eu não volto à próxima, e assim se vão perdendo clientes. Se eu faço bem, o bem é reprecursor de sentido positivo e vai conquistando mais gente, porque há uma base, nós temos uma base, uma massa crítica, para alimentar uma rede de transportes desta natureza. Objetivamente, temos. Pegando numa questão que o Marques Pereira falou, só lhe faltou um dado histórico-legal: os outros municípios não quiseram denunciar os contratos com os operadores. Não tem nada a ver com o município. As operações de concessão, os alvarás que os outros municípios têm, os municípios têm zero a ver com eles; zero não, são prisioneiros, porque são alvarás concedidos pelo Governo, pela entidade, agora, IMT. Os municípios não mandam nada. E depois o que é que têm que fazer? Por exemplo, transportes escolares. São prisioneiros. Porque ou fazem o contrato com o concessionário que o Governo arranhou ou muito dificilmente o conseguem; há exceções à regra, mas a regra é que não têm condição, não tem alternativa porque o mercado está condicionado ao operador que um Governo Central, que não sabe nada, em termos de pormenor e da mobilidade, sobre aquele município, condicionou. São as regras que temos do jogo. Finalmente, houve um Governo, que é o atual governo, contra as forças do Porto e de Lisboa, as que falam de forma mais desabrida - as da extrema-esquerda - e as que não falando de forma desabrida também mostram o seu incómodo - as do centro e centro-direita - que vêm definitivamente tratar os portugueses todos por igual. Chega que todos nós, com os nossos impostos, paguemos os transportes dos nossos concidadãos do Porto e de Lisboa e das respectivas áreas metropolitanas, o que é profundamente injusto. E mais... é imoral. Finalmente há um diploma legal, que está em fase final de tramitação, na ANMP só os colegas do PCP é que votaram contra por questões que se compreendem de natureza puramente ideológica, que nós todos compreendemos, de resto toda a gente deu vivas ao Governo. Finalmente. Com um problemazinho, nomeadamente para o Porto e para Lisboa. Senhores Municípios, a responsabilidade vai passar a ser vossa. Nós, na Região de Aveiro, já nos estamos a preparar há quatro anos para isso, com uma operação que é básica de planeamento, que está feita. Agora, a nossa equipa que temos e que tem um nome pomposo chamado Observatório da Mobilidade já se está a preparar para começar a manusear o diploma legal quando ele entrar em vigor. É uma revolução muito importante mas com esta lógica: a nossa opção é que a gestão, a titularidade, seja nossa porque se não, se entregarmos isto a uma privatização, se formos vender a

empresa, ninguém a compraria, mas vamos supor que sim que alguém a compraria, se não fizer uma gestão sustentável financeiramente, como qualquer empresa, morre; mais curva menos curva, mais autocarro menos ferry, morre. É este equilíbrio que nós estamos a gerir. No concurso, na proposta de concurso, que teremos que analisar e aprovar, estas matérias estão lá todas tratadas. Por exemplo, nós queremos ficar com alguns autocarros da MoveAveiro na nossa câmara, porque o nosso autocarro que apoia as associações já está mais para lá do fim de vida. Mas nós queremos continuar a ser a Câmara a fazer o apoio às nossas Associações no que respeita aos transportes e ligadas à sua atividade. Temos referenciados três autocarros da MoveAveiro, os melhores, para ficarem connosco, para nós prestarmos esse serviço. E temos que ficar com funcionários para prestarmos esse serviço que, ainda por cima, tem uma pesada carga, durante os sete dias da semana, mas com um incidência especial aos sábados e aos domingos. Vamos, por aqui, conseguir fazer isso. Nós conseguiríamos, hoje, comprar três autocarros, via Câmara? Impossível. Mas olhem, vamos passar a ter três autocarros novos. Novos não na condição de saída do stand, mas novos nas condições que eles têm em muito bom estado. Um deles por muito pouco uso, que é o nosso autocarro de turismo, como lhe chamamos, que não ganha concurso nenhum porque quando nós vamos ao mercado a um concurso, como não podemos fazer dumping, as nossas propostas são sempre muito mais altas. E a conta está bem-feita, o orçamento está bem feito, apenas os nossos custos são muito mais altos que a nossa concorrência. Alguns dos motoristas da concorrência são nossos funcionários e quando trabalham para eles trabalham a um preço muito mais baixo do que o que trabalham para nós. Conclusão... não ganhamos um único concurso. Portanto, é esta operação de verdade, de sustentabilidade, olhando a todas as componentes, como esta que vos estou a dar de exemplo, de que os nossos melhores autocarros da frota da MoveAveiro não vamos pôr na concessão; os outros, vai tudo para a concessão e alguns para a sucata. Também vamos ter uma operação de sucata fora do concurso. Os três autocarros vão ficar na Câmara porque precisamos deles e queremos ser nós a fazermos esse trabalho, esqueci-me de falar nessa relação, com as nossas escolas, e com as nossas associações. Uma nota adicional que gostava de partilhar e quem tem a ver com o que disse o Marques Pereira em relação aos trabalhadores. Saibam do seguinte. Muitas vezes nós metemo-nos onde não somos chamados. Nós temos a mania que mandamos em toda a gente. Há cem pessoas que trabalham na MoveAveiro e têm que continuar a trabalhar cem pessoas. Pois queiram saber que o primeiro funcionário da nossa Câmara/Entidades do Universo Municipal que quis sair por decisão por mútuo acordo é um ex nosso motorista da MoveAveiro, quadro da Câmara. E só nos pediu um favor e fizemo-lo: “preciso de sair no dia trinta e um de março”. E nós dissemos “ok, mas nós só vamos conseguir pagar a indemnização na ponta final de junho”. Ele disse “muito bem, eu acredito na Câmara, eu preciso de me ir embora já”. E foi embora. No dia trinta e um de março foi o último dia em que trabalhou para a nossa Câmara e está agora a trabalhar na empresa privada que ele entendeu muito bem tratar com a sua vida, com o seu critério; nós não temos nada a ver com isso. Alguém vai ficar chateado com este funcionário? Foi a sua decisão absolutamente livre. Nós só lhe fizemos o favor, com o exagero da expressão porque não fizemos favor nenhum, ele precisava de sair naquela data pelos compromissos que ele tinha, pela vida dele, que é só dele. Alguns, quando a gente os houve, até parece que tínhamos que obrigar aquele cidadão a ter que trabalhar aqui. Não. Os cidadãos são, de facto, livres. E estamos a falar de um que já saiu mas temos mais alguns que querem sair. E há algum problema com isso? As pessoas não são livres? Não temos uma ferramenta legal e dinheiro, no âmbito da reestruturação municipal, do nosso programa de ajustamento, para tratarmos desta

matéria? Há algum problema. Falem com as pessoas, se há alguma dúvida podem falar com os próprios que é para não haver dúvidas do seu pleníssimo exercício de liberdade, como não podia deixar de ser por força do quadro de princípios em que nos movemos para gerirmos estas matérias e, muito especialmente, a vida de cidadãos. Aquilo que nós procuramos, no procedimento que estamos a tratar, é isto: cumprir a lei, acabar com esta empresa que não pode existir mais, aliás já devia ter acabado há muito tempo; gerir as dores porque ela é, de facto, vítima de um múltiplo conjunto de asneiras de que foi sendo vítima. Ela existe neste estado e não num outro estado hipotético em que poderia existir. O quadro da concessão, de toda a análise que fizemos, parece-nos o quadro mais indicado porque temos que fazer várias coisas, nomeadamente ficar com os bons autocarros na Câmara, investir naquela frota, prestar serviços com qualidade, com uma agilidade que, em regra, as empresas privadas têm. E aqui deixar só essa nota, o resto está tudo dito e bem dito. A maior parte dos serviços que a Câmara Municipal de Aveiro e que as câmaras municipais deste país prestam aos cidadãos, fazem-no por intermédio de empresas privadas. Esta é a vida. Nós temos um bom serviço de várias coisas, podia dar o exemplo dos resíduos sólidos urbanos, quem é que o faz? É uma empresa privada nossa concessionária e que nós temos que tomar conta dela. Temos que a fiscalizar, etc. Mas é uma empresa privada. Eu julgo que em Portugal a maior parte dos municípios ainda tem administração direta a fazer recolha dos resíduos sólidos urbanos. Julgo que ainda é a maioria, se não for é, pelo menos, uma boa parte. Nós, há muitos anos, que não. E estamos bem? Estamos. É claro que queremos baixar a tarifa, temos que baixar o custo. Se hoje fizéssemos o concurso o custo desceria para metade. Mas não podemos porque alguém quis renovar, erradamente, o contrato. Mas estamos a trabalhar para seguirmos esse caminho. Quando chegar o momento, caderno de encargos pronto, lançar concurso em tempo para continuarmos a ter um serviço de qualidade, mas baixar o custo desse serviço que vai agarradinho a baixar a tarifa aos nossos concidadãos. É este o exercício nesta lógica de que o princípio é este e que o Prof. Henrique Diz resumizou de forma clara: boa aplicação de dinheiros públicos, bons serviços públicos com a relação de custo o mais baixa possível, sabendo que há um limite porque manter determinados padrões de qualidade tem um custo. Mas é verdade eu há quem o possa prestar com “x” e há quem, para o prestar, tem que gastar muito mais do que “x”. Julgo que a decisão de hoje e uma outra decisão que cá a discutiremos, como não podia deixar de ser com todo o pormenor, apenas entendi por bem, por força das muitas das vossas questões, partilhar algumas notas, é seguramente um passo rumo à boa gestão e à sustentabilidade das operações de serviço público aos nossos concidadãos, nomeada e especificamente a que temos aqui em mãos ligada aos transportes.”

Membros da Assembleia

Vogal João Pedro Dias (BE)⁰⁶⁴

Vogal João Carlos Morgado (PS)⁰⁶⁵

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁶⁶

“Objetivamente. A nossa perspectiva, que depois verá nas Contas e em tudo o que vamos trazer, é nós possamos baixar este défice de operação em cerca de 1,4 milhões por ano.

Porque é que não vamos para zero? Porque obviamente temos que subsidiar o transporte, temos de pagar a componente ligada aos transportes escolares, portanto essas componentes entram para a parte boa do défice da operação.

Agora o ganho que nós perspetivamos é este de 1,4 milhões de euros por ano na relação da receita e da despesa desta operação.

O ferry é para manter. O modelo misto que hoje temos, ferry e lancha, e o modelo base dos horários que entendemos que finalmente temos um modelo estabilizado, é o nosso pressuposto base. Já acabámos com aquela loucura do segundo ferry. Já resolvemos aquele contrato louco de um ferry de mais de um milhão de euros que tínhamos de compromisso com a Navalria.

Fizemos um bom acordo entre a Câmara/MoveAveiro/Navalria. Está o acordo fechado e assinado e acabou a loucura de um segundo ferry. Se já para um não temos condição, não temos massa crítica, para dois só de facto quem vive num outro mundo, completamente. Mas está resolvido o problema do segundo ferry que estava no concurso. Que a empresa tentou e fez. E que era um dos ónus graves que o concurso tinha era pagar um ferry de um milhão de euros quase. Não batia bem num milhão, algo abaixo, mas era próximo arredondando a conta.

Os circuitos. O caderno de encargos tem circuitos. Circuitos com periodicidade. Nos vamos dizer o circuito um tem de fazer tantas carreiras por dia e respeitar a concentração de manhã ou ao almoço. O circuito doze tem de fazer quatro carreiras por dia e respeitar não sei o quê. Isto são peças do caderno de encargos que todas elas estão a ser construídas com todo o pormenor. Com uma enorme discussão entre todos nós para termos a melhor solução possível.

Fica uma verdade fixa e imutável? Não. Na relação do concedente para o concessionário e vice-versa pode obviamente sempre haver ajustamentos a essa base que vai ao concurso. Seja por proposta do concedente seja por proposta do concessionário. Como não podia deixar de ser. Agora, há patologias que fomos correndo. Acreditais que nós não tínhamos uma carreira que parasse dentro do campo universitário? Mas era verdade. Nós não tínhamos nenhuma carreira que parasse dentro do campus universitário. E é hoje um dos nossos sucessos. Parece óbvio não parece. Estamos agora a ajustar uma outra para que os nossos trabalhadores que trabalham nos nossos armazéns gerais novos possam ter um serviço de transporte público à porta. Porque ele passa perto. Então vamos fazer um ajustamento de um dos circuitos que existe. Assim como o da Universidade foi um ajustamento de um circuito que existe. Não é um circuito novo. Estas são as operações que já estamos a qualificar, mas que obviamente são colocadas de uma forma global e integrada em sede de concurso. O Presidente Morgado colocou uma questão que é muito importante e que lhe agradeço. Este novo esquema serve tudo? Resolve todas as necessidades que nós temos? Claramente, não. Aquilo que perspetivamos no futuro próximo é termos um serviço complementar de transportes escolares para a região do nosso município de baixa densidade. Em que não há volta a dar. Não vamos ter mais escolas com quinze meninos ou trinta meninos. Não é possível. Temos de concentrar. Mas essa população tem de ter um serviço dedicado, de qualidade, para que as crianças façam esse tipo de mobilidade sem qualquer tipo de problema. Mas isso meu caro presidente só é possível com um complemento a este processo. Porque este processo nalgumas das nossas zonas, que no fundo é a nossa faixa mais interior na nossa densidade populacional é naturalmente mais baixa tem de ter um serviço complementar que nós já estamos a preparar no quadro das abordagens a esta matéria dos transportes escolares.

Uma outra questão, a dos alunos com necessidades educativas especiais, para que não esteja a MoveAveiro a fazer com um custo brutal, quando podem fazer outras entidades, nomeadamente da economia social, usando financiamento a cem por cento, que o governo tem ao dispor de toda a gente, menos a Câmara de Aveiro que como era rica não precisava de aceder a esse financiamento, já estamos a aceder. Porque ele

existe está ao dispor de toda a gente. Precisamos de não sei quantos autocarros, motoristas, para transportar alunos com necessidades educativas especiais durante nove dos doze meses do ano? Não. Muito pelo contrário. Temos um ganho enorme na economia social, na rede de transportes da economia social e na utilização dos mecanismos de financiamento que existem no nosso país. E portanto esta questão é uma questão clara e cristalina. Os nossos transportes escolares vão estar dentro desta operação de concessão. Esta é a regra. Mas isto sempre muito bem misturado com aquilo que será a nova Carta Educativa e a localização dos polos escolares, com esta nossa perspectiva de que nestas áreas vamos ter que complementar esta oferta com uma oferta complementar para garantir a mais elevada qualidade àquela nossa população que vive nessas áreas e que tem uma distância para percorrer, nomeadamente para um polo escolar que tenha polo escolar e primeiro ciclo maior daquilo que tem resposta em sede da rede de transportes, chamemos-lhe normal.

João Pedro Dias para concluir a nota da luta dos trabalhadores. Nós estamos na luta com os nossos trabalhadores! Nós gostamos muito de dizer aos nossos sindicatos, também com um bocadinho de humor, eu não aceito que ninguém defenda mais os nossos trabalhadores que nós próprios. Eles são a nossa gente. São a nossa família. Acabou a conversa.

Portanto os sindicatos têm o seu papel. Têm e muito bem e muito importante. Agora são os nossos trabalhadores. Ninguém quer o melhor para eles que nós próprios. Apenas na vida há exercícios que não são humanamente possíveis.

Disse, repito. Esta Câmara não pode continuar a ter 800 trabalhadores, não pode voltar a ter 1.200 porque isso não é sustentável. Não produzimos riqueza, não temos impostos para cobrar que nos permitam pagar tanto emprego a tanta gente. Ponto final parágrafo. E portanto, nós temos de encontrar o equilíbrio. Agora lutar com os nossos trabalhadores, absolutamente. Absolutamente.

Agora quando eles querem ir embora por exemplo com a rescisão por mútuo acordo, nós também estamos a lutar por eles, e a lutar com eles, em opções de vida que são diferentes. Ou quando metem uma licença sem vencimento de longa duração porque querem fazer sei lá o quê, que a sua opção de vida fez, o que é que nós temos para fazer, sim. A vontade dos nossos trabalhadores está sempre para nós em primeiríssimo lugar naquilo que respeita à gestão da sua vida. Cá dentro tem de ser profissionais de alta qualidade, terão de trabalhar bem, esse é o exercício de compromisso que temos uns com os outros e de responsabilidade na nossa relação.

Olhe quanto aos chumbos das propostas de lei do Bloco ai não posso fazer nada, quem poderá fazer é o João Pedro, nomeadamente na próxima eleição legislativa que temos pela frente. É procurar que os cidadãos votem mais no Bloco para que possam as propostas do Bloco passarem na Assembleia da República. Eu não vejo outra estratégia possível. Não recomendo aquela coligação tipo Madeira porque de facto aquilo não funciona lá grande espingarda. Mas não há outra. Como é que se faz isto. A maioria que ganhar no parlamento e sustentar o governo vai continuar a chumbar as propostas do Bloco de Esquerda com toda a legitimidade democrática, por mais que de vez em quando entenda que há alguma que não é para chumbar, que é para aprovar. Que há algumas propostas que é para acolher, com certeza. Mas a oposição não serve para governar. Os cidadãos escolhem quem governa. E quem governa é para governar e quem perdeu é para fazer oposição. São regras da nossa distinta e querida democracia. Ultima nota. Aquilo que disse. Da articulação entre o estacionamento e o transporte público eu diria e não só. Essa é uma peça muito importante em todo este trabalho. Que estamos a trabalhar no quadro do nosso Plano Municipal de Mobilidade. Dizer-vos outra coisa. No quadro da relação da preparação do concurso da concessão está

também a ser trabalhado com o concurso do mobiliário urbano para justapormos as paragens dos autocarros que o concurso da publicidade vai fazer, mas ele estar justaposto àquilo que queremos que sejam os lugares de paragem no concurso da concessão. Portanto todo este trabalho está a ser feito pelas nossas equipas técnicas, não temos prestadores de serviços, estamos a fazer com as nossas equipas técnicas, obviamente a bem do serviço aos cidadãos e da sustentabilidade dos nossos sistemas de transporte que nós vamos querer entregar a uma entidade privada, mas que essa entidade privada tem de o gerir bem para ser sustentável financeiramente e que nós vamos pagar ou vamos participar, para que o tal serviço público, que nós queremos que exista, possa de facto continuar a existir. Muito obrigado.”

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa em exercício, colocou à votação⁰⁶⁷ ponto 4. – Apreciação e votação da Dissolução da MoveAveiro e do Plano de Internalização da sua atividade no Município de Aveiro, sendo aprovado por maioria, vinte votos a favor (PSD12+CDS5+PS1+JPA2), sete abstenções (PS7) e dois votos contra (PCP1+BE1).

Seguiram-se as declarações de voto dos seguintes vogais:

Vogal Filipe Guerra (PCP):⁰⁶⁸

“Deixar a declaração de voto do PCP a intervenção que tive neste ponto.”

Não havendo intervenções, a Presidente da Mesa em exercício, nos termos do n.º 3, do artigo 57.º do anexo I, da Lei 75/2013, de 12 setembro, colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da ata respeitante a esta reunião, não se verificando oposição.

Depois de lida, a ata em minuta foi colocada à discussão,⁰⁶⁹ não se verificando intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade, cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente ata.

De seguida, a Presidente da Mesa em exercício deu por encerrada a segunda reunião da Sessão Ordinária de Abril, informando que a próxima reunião da sessão será no dia 24 de Abril (6.ª feira), pelas 20:30 horas.

Eram 00:30 horas do dia 22 de abril de 2015.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, nos termos do disposto no artigo 46.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, trabalhador municipal no sector de apoio à Assembleia, que a elaborei nos termos legais.

(04:00)